

convergência

JAN/FEV — 1973 — ANO VI — Nos. 53/54



**TEOLOGIA
DA MISSÃO,**
Frei J. I. Sansão, OFM
página 9

**MODIFICAÇÕES
NA VIDA DE ORAÇÃO,**
Pe. Paulo Molinari, SJ
página 18

**EDUCAR
A JUVENTUDE PARA
A ESPERANÇA,**
Pe. Antônio Benko, SJ
página 38

**CLAR. O QUE
É A CLAR?**
página 33

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 5.º andar
(ZC-05) — 20 000 — RIO DE JA-
NEIRO — GB

Assinaturas para 1973:

| | |
|---------------------------------|------------|
| Brasil: via terrestre | Cr\$ 40,00 |
| via aérea | Cr\$ 45,00 |
| Exterior: | US\$ 12,00 |
| Avulso | Cr\$ 4,00 |

Os artigos assinados são da res-
ponsabilidade pessoal de seus au-
tores.

Composição: Compositora Helvé-
tica Ltda., rua Aníbal Benévolo, 173
Rio de Janeiro - GB.

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100 — 25600 — Petrópolis, RJ.



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| EDITORIAL | 1 |
| INFORME CRB | 3 |
| <hr/> | |
| TEOLOGIA DA MISSÃO , Frei Ju- venal Irineu Sansão, OFM. | 9 |
| <hr/> | |
| MODIFICAÇÕES, EXPERIÊNCIAS, ORIENTAÇÕES ATUAIS NA VI- DA DE ORAÇÃO , Pe. Paulo Mo- linari, SJ | 18 |
| RELACIONAMENTOS E CONTA- TOS , Pe. Paulo Boyle, CP. | 29 |
| CLAR = Confederação Latino- Americana de Religiosos | 33 |
| EDUCAR A JUVENTUDE PARA A ESPERANÇA , Pe. Antônio Ben- ke, SJ | 38 |
| CRB — SALVADOR: Conclusões da Assembléia Geral de 1972. | 45 |
| CONVERGÊNCIA-INFORMES: | |
| — Noviciado Intercongregacional | 50 |
| — A Vida Religiosa na Holanda. | 53 |
| — Conselho Diocesano de Pro- vinciais | 55 |
| LIVROS | 57 |

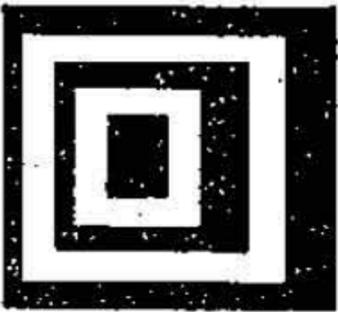
O homem é a maior
revelação do Pai, de seu
Amor, de sua presença.

Somos a imagem e semelhança
Dele, porque fomos feitos
à imagem de seu Filho,
Cristo Jesus. Tornar os homens
conscientes deste altíssimo
destino que o Pai Ihes
assinalou, é a missão
de todos, particularmente
do cristão, daquele
que convive com o Homem
perfeito: Cristo. No mais
recente Documento da CLAR,
**Vida Religiosa em e
Segundo o Espírito**, lemos:

— O homem novo, sonhado
por todos os séculos, o homem
totalmente revelado, libertado
e reconciliado com o mundo,
com o outro, consigo mesmo
e com Deus, apareceu em sua
plenitude. Ele está em nosso
meio. Com Ele assomou,
no horizonte humano, um sol
que não conhece mais ocaso.

Levar os homens à consciência
desta vocação maravilhosa,
de que em Cristo está a chave
de todos os enigmas do universo,
de que a partir do momento
em que, **pela fé**, lhe dermos
nossa adesão total, tudo se
iluminará diferentemente.

Não que a morte desapareça,
os cataclismas não se repitam,
as dores não atormentem,
o egoísmo não falsifique;
o pecado não destrua,
mas toda esta sucessão sinistra
de limitações humanas não



EDITORIAL



resiste diante da fé, impulsionada pelo Amor. Para quem conhece o Cristo, a vida tem outro sentido. E todos os que o conhecem são **enviados** a revelá-lo a outros.

Tudo o que recebemos, recebemos de graça, nos diz o Senhor. E com a mesma generosidade o demos aos homens, nossos irmãos.

Se isto é válido para os cristãos, maiormente para os religiosos. Vale a pena meditar nestas palavras do Documento da CLAR sobre a vida religiosa:

— O repto que a situação humana e social da América Latina lança à vida religiosa nos faz sublinhar especialmente o aspecto **Missão**, contido na consagração religiosa. Os votos, não obstante seu caráter de reserva e de santificação pessoal, tem um valor público. Devem significar tanto o anúncio dos valores evangélicos, como a denúncia crítica de situações sociais estruturadas no pecado e na injustiça.

Refletindo o aspecto de compromisso missionário, de corresponsabilidade eclesial, numerosas congregações religiosas do Sul do Brasil estão se deslocando para o Centro, Nordeste e Norte. São pessoas que levam valores, buscam outros de que são carentes, e dentro de um diálogo

fraterno, constroem o Reino do Senhor. O Vaticano II acentuou seguidamente o aspecto de fraternidade e corresponsabilidade entre os cristãos e entre os religiosos. Neste sentido, **CONVERGÊNCIA** quer dedicar o ano de 1973 ao tema **Vida Religiosa e Missão**, para nos situar com mais realismo na Igreja em que vivemos.

Neste primeiro número encontramos um trabalho de introdução ao tema de **Frei Juvenal Sansão**, com as coordenadas de uma teologia da missão. O **Pe. Paulo Molinari** nos dá uma visão panorâmica dos novos caminhos que a oração do religioso está descobrindo.

Pe. Antônio Benko falará sobre a atitude do jovem frente à religião e frente a Deus. A este jovem somos hoje enviados. Sabemos o que ele pensa e como vive realmente?

Um relato da **Entre-ajuda-Missionária** de Caxias do Sul nos dará pistas para novos caminhos.

Deixamos em suas mãos, **CONVERGÊNCIA** 1973.

Agradecemos a todos o apoio e esperamos que também neste ano consiga cumprir a missão que se propõe: unir sempre mais os religiosos em torno de Cristo.

Frei Constâncio Nogara

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

AS 14 ASSEMBLÉIAS GERAIS DA CRB — 1972

1. Estamos convencidos que a vida da CRB, no seu aspecto mais dinâmico e vital, de contatos e ajuda direta às comunidades e às pessoas dos religiosos, se desenvolve nas Regionais. Seria uma total utopia se a Nacional quisesse promover e animar a Vida Religiosa em todo o Brasil, substituindo os agrupamentos menores, onde atuam os religiosos. Seguimos, sobretudo nos últimos anos, um processo de descentralização para que houvesse maior participação e, conseqüentemente, maior corresponsabilidade.

É dentro da Regional que se pode montar o projeto mais próximo à realidade, de tal forma que responda a problemas realmente concretos. Mais: com uma participação mais ampla, há o aproveitamento dos bons elementos existentes na região: teólogos, formadores, experiências novas, sem terem que vir sempre as mesmas pessoas, do mesmo centro nacional.

2. Este processo se manifesta particularmente fecundo no momento da Assembléia. A Assembléia deve constituir o ápice de participação e corresponsabilidade. Se nem sempre acontece, de-

vemos buscar os motivos, seja na falta de espírito eclesial, seja no desconhecimento do que seja a CRB.

3. O que se propõe uma Assembléia Regional? Sendo a reunião mais expressiva e a colaboração mais universal entre os religiosos locais, a Assembléia precisa representar uma busca sincera de novos caminhos e tentativa de resposta às interrogações patentes ou latentes dos religiosos. Nesta linha, uma Assembléia Regional deverá englobar, em ordem prioritária, os seguintes aspectos:

3.1. REFLEXÃO. Entendemos que em nenhuma Assembléia pode faltar este aspecto sobre alguma faixa da teologia da vida da Igreja ou da vida religiosa. Uma Assembléia precisa sempre ter um tema, em torno do qual os participantes possam e devam se manifestar. É também um modo de aprofundamento de um tema teológico que interessa ao grupo e a todas as comunidades representadas. Se as pessoas participantes nem sempre trazem uma contribuição profunda, todas trazem, no entanto, uma válida colaboração de sua experiência, se esta chegar a ser comunicada.

3.2. REVISÃO. Será uma das grandes preocupações, sobretudo hoje, com as mutações profundas e rápidas por que passamos. A Vida Religiosa não pode fugir de se interrogar.

A revisão deverá atingir todas as áreas: orientação teológica, formação, reciclagem; as promoções da Regional, a atuação da Diretoria, do Executivo; a participação dos Superiores Maiores nos encontros; o atendimento às comunidades; enfim, a revisão deve atingir todo o agir da CRB como organização que se propõe a ajudar e como grupo de pessoas que buscam se ajudar mutuamente.

3.3 PLANEJAMENTO. Outro aspecto que não pode passar despercebido à Assembléia. O que se quer realizar no próximo ano? Os pontos nevrálgicos foram atingidos na programação? Quais os cursos ou programas que devem continuar? Quais devem mudar?

3.4 REGIMENTO. Diria que se trata de um aspecto secundário, mas não desprezível. A organização, seja da Assembléia, seja da Regional é fator importante de eficiência e bem-estar. Sem uma boa dinâmica não haverá comunicação com o interior e o grupo na Assembléia se embaralhará. Um olhar, portanto, sobre a organização é positivo. ☛

4. Funcionamento das Assembléias em 1972. Não farei uma apresentação de cada Assembléia com seu programa e suas conclusões. Não é o caso. Salientarei apenas as grandes linhas comuns, seja **positivas** que **negativas**. Isso representa a visão de um participante e que não pretende ser totalizante.

4.1. POSITIVOS.

— **A realização das Assembléias.** É o primeiro ponto a relevar como positivo. As 14 Regionais se reuniram: **São Paulo** 29-31 maio; **Belo Horizonte** 5-8 julho; **Rio de Janeiro** 24-26 agosto; **Salvador** 8-9 setembro; **Recife** 12-14 setembro. No mês de outubro: **Goiânia** 9-11; **Florianópolis** 15-17; **Curitiba** 19-21; **Campo Grande** 25-26. No mês de novembro: **Manaus** 1-2; **Belém** 5-7; **São Luís** 9-11; **Teresina** 13-15; **Fortaleza** 17-19; **Porto Alegre** 23-24.

— **Participação das Diretorias.** Foi um caso notável. Excetuadas duas ou três Regionais, em todas as outras as Diretorias desempenharam papel preponderante, atribuindo-se-lhes em boa parte os resultados positivos da Assembléia.

— **Executivos atuantes.** Estes são normalmente a imagem da Diretoria. Conforme a visão que esta tiver, corresponde-lhe um executivo. Na quase totalidade dos casos, os executivos estão desempenhando bem seu papel.

— **Presença dos Superiores Maiores.** Em comparação às Assembléias anteriores notou-se uma melhora. Houve casos em que a participação foi quase total.

— **Representantes de núcleos.** Foi uma constatação quase absoluta. Isso alega porque a vida da Regional são os núcleos.

— **Reflexão e revisão.** Foi também uma constante. Em cada Regional a vida religiosa se reveste de maneiras próprias, em vista do tipo de igreja ali existente. Houve Regionais que antecederam à Assembléia com um levanta-

mento, para ter em mãos dados mais objetivos sobre a situação. Nisto se nos deparou um particular: um intenso trabalho criativo para fugir da rotina repetitiva de anos passados.

— **Planejamento.** Também uma constante. Apesar da Assembléia não visar primariamente montar um plano de atividades, tem, no entanto, o direito de se inteirar do processo de planejamento que conduz a Regional e de dizer quais as linhas prioritárias a serem sublinhadas. Em bom número de Regionais, as Diretorias e os Executivos chegaram ao Encontro com uma minuta, já detalhada, dos projetos para submetê-los à apreciação dos participantes. Com este primeiro esboço na mão, tornaram-se mais fáceis a complementação e as correções. Este nos parece o caminho normal.

— **Entrosamento com CNBB.** Ou seja: comunhão dos religiosos e das religiosas com a Igreja local. Este ponto o julgamos profundamente positivo. Em bom número de Regionais as Assembléias CRB-CNBB são concomitantes, dada a presença determinante dos religiosos na Igreja local. De lado a lado há uma procura humilde para descobrir o plano de Deus para aquele povo. O diálogo e a colaboração com os senhores bispos e o entrosamento na pastoral se nos afiguram uma nota marcante. Julgamos que da parte dos religiosos e das religiosas precisaria haver um trabalho de maior pioneirismo principalmente em atenção ao seu carisma de consagrados.

— **Presença de um membro da Nacional.** Em todas as Assembléias esteve alguém do Executivo ou da Diretoria Nacionais. Afigurou-se-nos positivo, pois

se estabelece um elo de união e colaboração mais intensos, além de se colocar à disposição da Regional uma visão panorâmica da Vida Religiosa no Brasil. A Regional, por sua vez, tem oportunidade de acentuar sua originalidade e não ser considerada simplesmente "uma entre outras", seja nos problemas, seja nas soluções.

4.2. NEGATIVOS

Sublinharemos alguns aspectos que nos pareceram menos bons.

— **Fraca participação da Diretoria.** Isto ocorreu aqui e acolá, com repercussão negativa seja na Assembléia, pela falta de liderança, de coordenação e de linhas definidas, seja no conjunto da Regional, manifestado por certo desligamento dos religiosos — Superiores Maiores — no que diz respeito às iniciativas da CRB. Outra repercussão direta se faz sentir no Executivo, que em semelhantes casos se sente isolado e desamparado.

— **Falta de interiorização geográfica.** Não obstante a absoluta prioridade que a nucleação diocesana recebeu nos últimos anos, há Regionais que ainda dificilmente "desamarram." Assim como em plano nacional a CRB ficaria muito teórica, não existissem as 14 Regionais, da mesma forma as Regionais ficarão isoladas e burocratizadas, e até um tanto teóricas, senão existir uma nucleação diocesana e atuante.

— **Falta de participação.** Pensamos aqui de modo especial na ausência das Assembléias de numerosos superiores maiores ou representantes. É verdade que isto diminui paulatinamente, mas assim mesmo, houve Assembléias onde

a ausência se fez notória. E ainda a ausência dos religiosos nas Assembléias, apesar da melhora constante. Houve já Assembléias em que a participação dos Superiores Maiores e de homens foi ideal.

— **Assembléias-cursos.** Ainda ocorreu em alguma Regional. Que haja um aspecto de reflexão e de busca é essencial, mas não pode ficar só nisso, ouvindo conferências todo o tempo.

CONCLUSÃO:

Comparativamente aos anos anteriores, as Assembléias Regionais se constituem sempre mais numa expressão de

vida religiosa local. Houve um progresso notável de participação, de reflexão, de análise da realidade, de entrosamento entre Diretoria e Executivo e desses com a Regional. Tendo desaparecido por completo o aspecto comercial da CRB, esta em suas Regionais se consagra hoje de um modo cada vez mais intenso à vida religiosa, no sentido de fazer que esta seja a expressão privilegiada da encarnação cristã na Igreja local. Com alegria constatamos que algumas Regionais não chegaram ao ideal mas se esforçaram conscientemente para chegar lá.

Frei Constâncio Nogara, OFM

FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL

Em virtude da autorização benignamente concedida pela Sagrada Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares, Prot. N. 10953/68, de 13 de julho de 1972, e a NÓS comunicada pela carta da Nunciatura Apostólica no Brasil, Prot. N. 8824, de 10 de agosto de 1972 e de conformidade com o Código de Direito Canônico, can. 492 § 1, temos por bem erigir a **CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL**, tendo nesta Arquidiocese a Casa Mãe.

A **CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL**, antigo Instituto das Franciscanas da Ação Pastoral, já possui suas Constituições e Finalidades próprias; e tendo NÓS, cientificado da real utilidade desta nova Congregação, pelo presente **DECRETO**, invocado o Santo Nome de Deus, e fazendo uso da Nossa Autoridade, erigimos e declaramos canonicamente ereta a **CONGREGAÇÃO DAS FRANCISCANAS DA AÇÃO PASTORAL**.

Dado e passado na Cúria Metropolitana de São Paulo, sob o Nosso Sinal e Selo de Nossas Armas e subscrito pelo nosso chanceler, aos 4 de outubro de 1972, festa do Seráfico Pai São Francisco.

† **PAULO EVARISTO ARNS**

Arcebispo Metropolitano de São Paulo

ENTRE-AJUDA-MISSIONÁRIA Caxias do Sul, RS

Nos dias 8, 9, 10 e 11 de outubro de 1972, estiveram reunidos, em Caxias do Sul, 12 Bispos da Amazônia, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Ceará e mais 12 representantes de diversas Dioceses e Prelazias para fazerem a revisão dos trabalhos de **Entre - Ajuda - Missionária** que a Diocese de Caxias vem desenvolvendo desde 1969.

Ao todo estiveram presentes 52 pessoas: Bispos, Sacerdotes, Provinciais, Religiosos e Leigos interessados na integração missionária da Igreja do Norte com a do Sul do País. Foram 4 dias de intensa atividade, de profundo entrosamento e de mútua compreensão em que houve trocas de experiências e exposição de necessidades pastorais que estão clamando por soluções urgentes e imediatas.

Já são mais de 140 pessoas que o Centro de Orientação Missionária, — C O M — preparou e enviou às Regionais do Norte e do Nordeste como agentes de pastoral e como promotores das Comunidades Eclesiais de Base. A Organização Ecumênica de Caxias acompanhou os trabalhos de Entre-Ajuda-Missionária com vivo interesse, reforçando assim o testemunho da Igreja como Cristo Uno e Indiviso. "Ficou evidenciado que Cristo é o ÚNICO EU da sua Igreja".

Os trabalhos foram assim distribuídos:

1. O primeiro dia foi dedicado ao estudo e levantamento das realidades sócio-culturais das Regiões representadas. 2. O segundo e terceiro dias fo-

ram dedicados ao ESTUDO e CONCEITUAÇÃO de Igreja. Deste modo todos os componentes conseguiram, tanto quanto possível, falar a mesma língua e entender univocamente os acenos do Espírito que convida a todos os batizados: "Ide e ensinai... Fazei discípulos meus..." 3. No quarto dia foram apresentados e estudados os Projetos-concretos visando os imperativos mais urgentes e as necessidades prioritárias de cada uma das Dioceses e Prelazias presentes.

É verdade, nem todos os projetos tiveram cobertura direta e imediata. Entretanto, o Centro de Orientação Missionária da Diocese de Caxias os registrou e assumiu para dar-lhes andamento em tempo oportuno. Todos os participantes estiveram de acordo que foram 4 dias muito ricos de renovação, de estudo e de prospecção. Houve insistentes pedidos que tais dias se repetissem anualmente. Expressões como essas o atestam:

— Não me arrependo de ter feito 7.000 km para chegar até cá.

— Eu tinha escrúpulos de empreender uma tal viagem por conta da minha pobre Prelazia; entretanto, no ano que

vem, comuniquem-me, que me farei presente outra vez.

— Dou-me sumamente pago pelo tempo e o dinheiro gasto para chegar até cá; volto cheio de esperanças.

Depois dos dias de estudo os Bispos visitaram outras Dioceses e Comunidades Religiosas das Regionais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a fim de tentarem completar os quadros humanos de seus projetos pastorais. Com mais este contato, cerca de 40 pessoas concretamente foram contactadas e se dispuseram a marchar, em 1973, acompanhando os Bispos para as Regionais do Norte, Noroeste e Centro-Oeste. Assim mesmo ficaram nos arquivos do COM mais de 40 projetos pastorais esperando por cobertura humana: "Pedi ao dono da messe que mande operários..."

Na revisão do Encontro, os dirigentes do COM se perguntaram: Depois de

ter visto, ouvido, sentido e atendido às nossas igrejas-irmãs, é hora de nos perguntarmos: **Quem recebeu mais, os que vieram buscar ou os que ofereceram?** A tal ponto foram ricos esses dias que se pode dizer que a maior beneficiada foi a Igreja de Caxias pelo estímulo e conscientização eclesial que os Bispos e Representantes das Prelazias do Norte trouxeram para o Encontro do Sul.

Em Caxias se repetiu a cena dos Atos: a multidão dos fléis era um só coração e uma só alma; procurava repartir-se conforme as necessidades; unidos de coração celebrava-se a eucaristia; com alegria e singeleza de coração louvava-se a Deus o que provocou a simpatia e a união mútua; por isso espera-se que o Senhor aumente cada dia o número dos que quer enviar como seus mensageiros.

Alfredo Henz

Teologia da Missão

Era 9 de novembro de 1964. Um novo Decreto conciliar estava para vir à luz. E, no entanto, o texto do **Schema Propositionum** acabava de ser remetido para a Comissão por um voto. Os Padres Conciliares, em sua maioria absoluta, desejavam ficasse bem claro na redação do novo Decreto a fundamentação teológica das atividades missionárias da Igreja.

É nosso intento nesse breve artigo expor a **Teologia da Missão**. Para isso nos valem de autores categorizados: Rahner, Lehmann, Congar, Schütte, Ohm, Comblin conforme vão ser indicados na bibliografia (1).

Para se discorrer sobre a Teologia da Missão, é preciso manter-se claro duas noções: missão e atividades missionárias. Essas últimas são manifestações externas da Igreja

para cumprir seu mandato nesse mundo. São trabalhos desenvolvidos no meio do povo ainda não cristão ou neo-paganizado, forças engajadas e métodos aplicados em relação a cada situação. Missão é o "envio", o mandato, o substrato teológico das missões, é, como que, sua alma.

O primeiro capítulo do Decreto sobre as Missões — **Ad Gentes** — denota um esforço concentrado para expor os princípios de uma Teologia missionária. O ponto de partida é a Santíssima Trindade e suas missões divinas. O Pai é o "amor fontal". Ele envia o Filho. O Filho com o Pai enviam o Espírito Santo. Cristo envia a Igreja por força e assistência do Espírito Santo, a começar pelos Apóstolos até o simples fiel. Nesse sentido, a Missão é o tema central do Evangelho. Essa Missão da Igreja

consiste em sempre de novo renovar e imitar a missão de Jesus Cristo. Pode-se dizer que a obra da Igreja é a missão continuada de Cristo, quando ela se mantém fiel ao Evangelho.

A dissertação obedece ao esquema do Decreto Ad Gentes: O desígnio do Pai, a missão do Filho, a missão do Espírito Santo, a missão da Igreja, todos devemos ser missionários, quer sejamos leigos ou religiosos.

O Desígnio do Pai

É no mistério da Santíssima Trindade que a Teologia da Missão vai embeber suas raízes, naquela vida íntima e intradivina do Deus Uno e Trino. Por isso, quando Santo Agostinho, e após ele, os grandes Escolásticos do século XIII, discorreram sobre as "missões divinas", deram o esboço de uma Teologia da Missão. É essa teologia trinitária que está subjacente no primeiro capítulo da *Lumen Gentium* e que permite fazer apelo ao discurso de S. Cipriano sobre a Igreja: "Povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (2).

Essa Teologia da Missão evoca as processões intratrinitárias, espelha-se nas "missões" divinas, e se nos torna acessível pela vinda ao mundo do Filho e do Espírito Santo. A Bíblia fala, com efeito, da vinda do Verbo na Encarnação e da descida do Espírito Santo no dia de Pentecostes em termos de "missões".

O termo "missão" não é equívoco nesse contexto, mas formal. Esse conceito encerra dupla relação: de dependência ou de origem em relação ao que envia; de presença nova com respeito àquele ao qual se é enviado. Há duas possibilidades dessa presença se concretizar: tornar-se presente onde se estava ausente, ou tornar-se presente de uma maneira nova, onde já se estava presente. Assim, o Verbo e o Espírito Santo, já presentes com o Pai com presença comum de causalidade e com sua graça nesse mundo, de uma maneira nova se tornaram presentes: o Verbo pela Encarnação, e o Espírito Santo pelos prodígios de Pentecostes. Nisto consiste a missão visível do Verbo e do Espírito Santo. E esta missão produziu algo de decisivo na história da humanidade, transmutando-a em história da salvação.

Os fatos constitutivos da história da salvação são a comunicação de Deus às criaturas humanas pela encarnação do Verbo e a vinda do Espírito Santo. Esses fatos estão em íntima relação com as processões intratrinitárias, onde as Pessoas divinas têm sua origem uma da outra. O Pai não é enviado, porque não procede de nenhuma outra Pessoa. Ele é o Amor Fontal, o Princípio sem princípio. Dele e nele é gerado o Filho; do Pai e do Filho, formando um só princípio, procede o Espírito Santo.

O Filho e o Espírito Santo são enviados. Esse envio se efetua no tempo: Encarnação — Pentecostes. Da parte daquele que os en-

via (da parte de Deus Pai), esse envio é idêntico à relação de origem intratrinitária, constituindo-os aquilo que realmente são na intimidade e na eternidade de Deus.

O Filho é enviado pelo Pai. Isto quer dizer que o Filho é gerado pelo Pai, como terminando, a título de sua hipóstase, uma natureza humana. O Filho é então engendrado com uma **natureza humana** como segunda forma de existência. Assim, se nos depara claramente o seguinte: o que constitui a Igreja em sua radicalidade, e que provém da dupla missão do Filho e do Espírito Santo, tem sua fonte na vida intratrinitária, da qual tudo decorre. E nisto se encerra o desígnio de Deus Pai:

— A Igreja se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio de Deus Pai. Este desígnio provém do Amor Fontal ou da caridade de Deus Pai, que é o Princípio sem princípio e do qual é gerado o Filho e pelo Filho procede o Espírito Santo (3).

Missão do Filho

O Verbo eterno, segunda Pessoa da Santíssima Trindade, Filho de Deus Pai, assumiu a natureza humana, fazendo-se homem em Cristo para cumprir a missão recebida do Pai. Cristo, santificado pelo Pai, e por Ele enviado ao mundo disse de si mesmo: “O Espírito do Senhor está sobre mim, eis porque me ungiu, enviou-me a evangelizar os pobres, curar os contritos de coração, pregar aos cativos a libertação e aos cegos restituir a vista (4).

O texto conciliar sobre a missão do Filho explica-se pelo Evangelho. O pensamento conciliar sintetizado em **Ad Gentes**, n. 3, precisa o objeto dessa missão primeiramente e, em segundo lugar, o modo. O Cristo é muito mais que um profeta. O profeta se limitaria quiçá a revelar a graça divina e proclamar o perdão dos pecados. Cristo, porém, procedeu pela via da encarnação humana total: veio para o meio dos seus que ele queria salvar e assumiu aquilo mesmo que ele queria salvar. A missão de Jesus Cristo é justamente missão, isto é, movimento, mas movimento para este mundo, entrada neste mundo, ação sobre este mundo.

Mas ninguém se desempenharia condignamente da missão, planejada por Deus desde toda a eternidade, se não houvesse **sido enviado** pelo próprio Deus (5). Cristo mesmo foi enviado pelo Pai (6). Quando Jesus fala de si mesmo, designa-se como um enviado: “Eu vim para..., o meu Pai me enviou para..., Eu fui enviado para...”. Cristo se identifica com esse envio, com essa sua missão e razão de sua existência humano-divina nesse mundo. Para Cristo — como acertadamente observa Pe. Comblin (7) — a missão significa muito mais do que uma função, uma profissão, uma tarefa; significa e ocupa a totalidade de sua vida.

Abramos os Evangelhos sinóticos. Poucas vezes fala Jesus de si mesmo. Mas aí está uma passagem sintetizando claramente os anseios de Jesus: “Vamos a outra parte, aos povoados vizinhos, a pre-

gar ali também; pois, eu vim para isso" (Mc 1,38). É, porém, no Evangelho de S. João que, por mais de 40 vezes, se fala da missão de Jesus: "Não vim de mim mesmo, mas fui enviado por aquele que é verídico, a quem vós não conheceis. Eu o conheço, porque procedo dele e foi ele que me enviou" (8).

Dezenas de vezes no 4.º Evangelho se afirma a missão de Jesus pelos verbos enviar e vir. Da mesma forma, o único desejo de Jesus é fazer a vontade daquele que o enviou, realizar as suas obras, dizer o que dele ouviu. A fé, que Jesus exige, é fé na sua missão. Isto implica ao mesmo tempo a fé no Filho como enviado e a fé no Pai que o envia.

Todos os aspectos da obra redentora realizada por Jesus estão assim ligados à missão que Ele recebeu do Pai, desde a pregação galilaica até o sacrifício da cruz. No desígnio do Pai, essa missão conserva, no entanto, um horizonte limitado: Jesus não foi enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel. É que estas, ao se converterem, devem tomar elas próprias consciência da missão providencial de Israel: dar testemunho de Deus e de seu Reino diante de todas as nações do mundo: "Ide e pregai às ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mt 10,6). Ide por todo o mundo, e pregai o Evangelho a toda criatura (Mc 16,15).

Missão do Espírito Santo

O Espírito Santo é o término da comunicação intratrinitária. E por

apropriação é o princípio da comunicação de Deus com suas criaturas. Por isso é atribuída ao Espírito Santo o milagre da concepção do Filho no seio da Virgem Maria. Foi igualmente sob o impulso do Espírito Santo, a partir do batismo no rio Jordão, que Jesus deu início a seu ministério público. São essas duas idéias mestras da missão do Espírito Santo, igualmente lembradas pelos Padres conciliares do Vaticano II. Como pela descida do Espírito Santo sobre a Virgem Maria fora concebido Cristo e como pelo mesmo Espírito descende sobre Cristo em oração, Ele fora impelido à realização do ministério, assim em Pentecostes começaram os Atos dos Apóstolos (9).

Para definir a função exata do Espírito Santo, é preciso falar de missão, no sentido mais estrito do termo. Jesus ao evocar a sua futura vinda, no discurso depois da última Ceia, explicava: "O Paráclito, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas". "Quando vier o Paráclito, que eu vos enviarei de junto do Pai, ele dará testemunho de mim". "Eu enviarei sobre vós, diz Jesus, o que meu Pai vos havia prometido (10).

Esse é, com efeito — como observa o exageta Léon-Dufour — o sentido de Pentecostes, manifestação inicial desta missão do Espírito Santo, que durará tanto quanto a Igreja. O Espírito Santo fez dos Doze as testemunhas de Jesus. Ele lhes foi dado para cumprirem a sua tarefa de enviados. Nele pre-

gariam o Evangelho como haveriam de fazer os pregadores de todos os tempos.

A missão do Espírito Santo é assim inerente ao próprio mistério da Igreja, quando esta anuncia a Palavra para cumprir a sua tarefa missionária. Ela está também na origem da santificação dos homens. Se no Batismo estes recebem a adoção filial, é porque Deus envia aos seus corações o Espírito de seu Filho que exclama: Abba! Pai!

A missão do Espírito se torna, com isso, objeto da experiência cristã. Completa-se assim a revelação do mistério de Deus: depois do Filho, Palavra e Sabedoria de Deus, o Espírito se manifestou por sua vez como pessoa divina ao entrar na história dos homens, aos quais ele transforma interiormente à imagem do Filho de Deus (11). É ainda o Espírito Santo, como afirma o Vaticano II, que instila no coração dos fiéis o mesmo espírito missionário, pelo qual era movido Cristo (12). Por vezes previne mesmo visivelmente a ação apostólica. E de vários modos sem cessar a acompanha e dirige. Eis porque se diz ser o livro dos Atos dos Apóstolos como que o Evangelho do Espírito Santo.

De fato, o Espírito Santo continua a missão de Jesus primeiramente nos Apóstolos e pelos Apóstolos, e depois, em toda a Igreja: Para todos os tempos o Espírito Santo unifica a Igreja na comunhão e no ministério, dotando-a com vários dons hierárquicos e carismáticos e vivifica as instituições

eclesiásticas como se fosse sua alma (13).

Os Doze são chamados Apóstolos, enviados, embaixadores, precisamente por continuarem a obra, a missão de Jesus, por força e assistência do Espírito Santo. Com efeito, a missão dos Apóstolos está na mais íntima ligação com a de Jesus: "Como o Pai me enviou, também eu vos envio". Essa palavra ilumina o sentido profundo do envio final dos Doze, quando das aparições do Cristo ressuscitado: "Ide..." Eles irão, anunciar o Evangelho, fazer discípulos em todas as nações, levar a toda parte o seu testemunho (14). Daí o dever que cabe à Igreja de propagar a fé e a salvação de Cristo. Isto por expresse mandato transmitido pelos apóstolos ao Colégio dos bispos, assistidos pelos presbíteros, junto com o Sumo Pontífice, e ainda em virtude da vida que Cristo infunde em seus membros.

Missão da Igreja

"A Igreja, obediente ao mandato de Cristo e movida pela graça e caridade do Espírito Santo, cumpre sua missão, quando em ato pleno se faz presente a todos os homens ou povos, a fim de levá-los à fé, à liberdade e à paz de Cristo, pelo exemplo da vida, pela pregação, pelos sacramentos e demais meios da graça. Esta missão no decurso da história continua a desdobrar a missão do próprio Cristo, enviado a evangelizar os pobres" (15).

A Igreja é essencialmente missionária. Isto lhe incumbe em razão de sua essência e por vontade de seu Fundador. Ela recebeu, na pessoa dos Doze Apóstolos o mandato formal de missão. E precisamente neles como em seus sucessores e em todos os cristãos estão a fé, a caridade, a incorporação ao Corpo Místico, a presença do Espírito Santo que exigem sejam todos missionários.

No dia em que a Igreja deixar de ser missionária, não será mais Igreja de Cristo. Poderá ser produto de alguma cultura, mas não mais Igreja de Cristo. Nela deve transformar-se em vida, em dinamismo a incumbência de Cristo: "Ide por todo o mundo, e pregai o Evangelho a toda criatura." A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, diz o Vaticano II; e arremata o pensamento com essa conclusão: "pois ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo" (16).

Na verdade, a Teologia da missão do Filho e do Espírito Santo fundamenta a própria existência da Igreja. É dentro dessa Teologia da missão que as atividades missionárias tomam alma e encontram um sentido. É isso que o **Decreto Ad Gentes** quer expor e ensinar. Aí se afirma que o ser missionário da Igreja decorre das "missões" do Filho e do Espírito Santo. Sem desenvolver tecnicamente essa Teologia, o Decreto Ad Gentes **relaciona** essas "missões" às processões divinas, fundando a comunicação que Deus faz de sua bondade às criaturas, a começar pela comuni-

cação às criaturas humanas não só enquanto indivíduos, mas enquanto membros de uma sociedade, que por vez vão constituir a família de Deus ou a Igreja:

— Prouve a Deus chamar os homens não só individualmente, sem qualquer conexão mútua, à participação de sua vida, mas constitui-los num só povo, no qual seus filhos, antes dispersos, se congregassem num corpo" (17).

Se a Igreja é essencialmente missionária, ela deve expressar em obras essa parte vital de si mesma. E isto fica ao encargo não apenas da hierarquia, mas de todos e de cada um dos fiéis. E isto porque doutro modo não passariam eles de falsos cristãos. Senão, vejamos sucintamente os princípios teológicos que estão à base da incumbência missionária de cada cristão. O espírito missionário de cada fiel está enraizado em seu batismo e em sua crisma. É uma incumbência imposta por Cristo, e por ela o cristão participa da missão salvífica da Igreja; por aí o fiel participa também do tríplice ofício de Cristo: profeta, sacerdote e rei.

A ação missionária é testemunho da Ressurreição de Cristo, e da esperança escatológica. Assim, é igualmente uma cooperação à obra de Deus não só enquanto Criador, mas também enquanto Redentor e santificador. Por isso Cristo constituiu cada cristão como seu testemunho e o adornou com o sentido da fé e com a graça da sua Palavra (18). E assim,

“aprenda o cristão a completar em primeiro lugar a missão de Cristo e da Igreja, vivendo pela fé o mistério divino da criação e da redenção, sob a moção do Espírito Santo, que anima o povo de amar n’Ele o mundo e os homens” (19).

Examinemos mais detalhadamente os pensamentos acima expostos. Aí se falou do fundamento teológico para a ação missionária, de que está incumbido todo o povo cristão. De fato, todo cristão por estar incorporado a Cristo, através do batismo, tornou-se membro do Cristo, e como tal ficou obrigado a trabalhar para o desenvolvimento de todo o Corpo Místico. E isto, independentemente da função ou posição que ocupa na Igreja. Pois, antes de possuir na Igreja uma função, ele é membro da Igreja; e como tal, o bem do todo, do conjunto, não lhe pode ser indiferente.

Quanto mais se está intimamente inserido no Corpo místico, mais imperioso se faz o dever missionário. Esta inserção cresce para cada cristão com o sacramento da crisma e da Eucaristia. Se a todo fiel, em razão do batismo, da Crisma e da Eucaristia, lhe cabe a incumbência missionária não só por atos, mas também por palavras, então o que se deverá constatar dos que emitiram os votos religiosos por uma vida totalmente consagrada a Deus e à Igreja?

Os Religiosos e a missão

A virtude da caridade é para os Religiosos a base de toda ação missionária, diz o teólogo Domenico Grasso (20). Por que? Porque o amor a Deus é inseparável do serviço às criaturas humanas. “Se, pois, os conselhos evangélicos, pela caridade a que levam, associam seus seguidores de modo especial à Igreja e ao seu mistério, é preciso que a vida espiritual destes, por sua vez, seja devotada ao bem espiritual de toda a Igreja”.

Mas em que constitui esse serviço?

A Constituição conciliar *Lumen Gentium* especifica: “Daí nasce para eles o dever de trabalhar, segundo suas forças e forma da própria vocação, seja pela oração, seja pelo trabalho dedicado, na implantação e fortalecimento do Reino de Cristo nas almas, bem como na sua dilatação por todas as partes” (LG n.º 44).

A contribuição dos Religiosos de vida contemplativa para as missões é sobretudo no âmbito da oração, nas obras de penitência e no sofrimento, oferecidos a Deus. Mas os contemplativos podem ir ainda mais longe. Eles são na verdade o testemunho ao meio do mundo do Eterno e do Absoluto. Por amor a Ele tudo renunciaram. Por isso, o Concílio sugere aos Religiosos de vida contemplativa, de abrirem casas em territórios de missão.

Essa iniciativa pode ter um grande significado, sobretudo se os contemplativos não se limitarem a transportar pura e simplesmente sua vida, vida ocidental para os países de missão, mas procurarem criar forma de vida contemplativa condizente com a cultura e civilização dos povos missionados.

Os Religiosos de vida ativa arcam praticamente com todo o peso das missões. Mas, assim mesmo poderão se examinar, como insinua o Concílio, se estão correspondendo ao legítimo espírito missionário. Não haverá uma espécie de fuga das incumbências missionárias, com o fim de se instalar em países altamente civilizados? Se houver desculpas, ao se dizer que toda a cristandade se tornou país de missão, poder-se-á examinar quais são os meios empregados nos povos neo-paganizados de uma civilização urbanizada?

Para rematar esses pensamentos sobre a Teologia da Missão, voltemos o olhar ainda para quatro pontos. O Concílio Vaticano II focalizou a existência cristã em suas realidades sobrenaturais. Viu-se transfigurada pelos Sacramentos do batismo, da crisma e da Eucaristia. Daí procurou atinar com as conseqüências: engajamento de cada cristão no esforço missionário. E isto, não por razões de conveniência ou de comiseração para com os não-cristãos, mas por razões da própria essência do cristianismo. Pois todo

cristão é apóstolo ou então não é de modo nenhum cristão.

Quanto maior o posto e mais elevada a posição do fiel do Corpo místico de Cristo, tanto maior sua responsabilidade no campo missionário. Assim, será sobre o Papa e os Bispos, e depois sobre os Padres e os Religiosos que recai a maior responsabilidade da ação missionária. Mas o Leigo não deixa de ter seu quinhão bem sério e tão sério, que sem sua cooperação tudo se estiola, feneca e morre.

Todo trabalho missionário, para ser eficaz, supõe o testemunho de vida cristã e a santidade com seu corolário de virtudes naturais e sobrenaturais.

Desse testemunho brotará e virá tudo quanto a Igreja missionária precisa: orações, vocações, subsídios. Sem esse testemunho, toda obra missionária será de efeito passageiro. É, portanto, em Deus, no coração da Santíssima Trindade, nas "missões" do Filho e do Espírito Santo do seio do Pai, como do amor fontal, que devemos encarar toda a obra da Igreja essencialmente missionária.

Notas

1. SANSÃO, I., *Aspectos Teológico-pastorais da pregação no culto divino à luz do Vaticano II*, Roma, 1969. CRONIN, A. J., *As Chaves do reino*, Rio, 1970. GODIN, H., *La*

- France, pays de mission**, Paris, 1943. SCHÜTTE, J., **Mission nach dem Konzil**, Mogúncia, 1967. CONGAR, Y., **Theologische Grundlegung des Dekrets Ad Gentes**, Mogúncia, 1967. RAHNER, K., **Handbuch der Pastoral Theologie, Die Grundfunktionem der Kirche**, Friburgo, 1970. FRIES, H., **Handbuch Theologischer Grundbegriffe**, Munique, 1963. DUFOUR, Léon, **Vocabulário de Teologia Bíblica**, Petrópolis, 1972. KLOPPENBURG, B., **Compêndio do Vaticano II**, Petrópolis, 1967. **Crônica da Igreja Viva: Missão e Aggiornamento**, Concillium, 10, 1965. ROSSI, A., **A Igreja em sua dimensão missionária**, Sedoc, 5, 1972, página 285.
2. S. CIPRIANO, **De Orat. Domln. 23** (PL 4, 553; HARTEL, pág. 285)
 3. Decreto Conciliar sobre as Missões, **Ad Gentes, n.º 2.**
 4. Idem, n.º 3.
 5. **Lumen Gentium, n.º 13.**
 6. SANSÃO, I, **Aspectos teológico-Pastorais da Pregação**, pág. 56.
 7. COMBLIN, J., **Atualidades da Teologia da Missão**, em REB, 1972, vol. 32, pág. 7.
 8. Jo 7, 28; 17, 18.
 9. **Ad Gentes, n.º 4.**
 10. Jo 14, 26; 15, 26. Lc 24, 49. At 1,4. Ex 36, 27.
 11. DUFOUR, Léon, **Vocabulário de Teologia Bíblica**, pág. 593.
 12. **Ad Gentes, n.º 4.**
 13. **Ad Gentes, n.º 4.**
 14. Jo 13, 20; 20, 21. Mc 16, 15. Mt 29, 19. At 1, 8.
 15. **Ad Gentes, n.º 5.**
 16. **Ad Gentes, n.º 2.**
 17. **Ad Gentes, n.º 2.**
 18. Decreto Conciliar sobre os Leigos: AA 3; LG 33; AG 41; Lc 34, 35.
 19. **Apostolicam Actuositatem, n.º 29.**
 20. GRASSO, D., **Die Missionarische Mitarbeit**, Mogúncia, 315-330.

Durante estes últimos anos, tem-se observado entre os religiosos, em muitas partes do mundo, um fortíssimo e renovado interesse pela oração, interesse que se pode considerar mais intenso do que o manifestado em outras épocas.

As manifestações desta preocupação vital são numerosas. Sua solidez teológica depende inevitavelmente da solidez espiritual das pessoas interessadas. A isto se acrescenta ainda esta consideração: onde há um autêntico desejo de buscar o Senhor e este desejo está realmente difundido, a própria oração contribui para corrigir o que poderia haver de defeituoso no modo de ver e de pensar de alguns dos religiosos interessados.

Queria colocá-los a par dos progressos mais recentes na oração, uma como conclusão das respostas ao questionário, acrescentando também algumas observações pessoais. Procurarei indicar o que é verdadeiramente sadio e oferecer, ao mesmo tempo, algumas considerações relativas a áreas, onde, parece-me, seria necessária certa cautela. Finalmente procurarei deixar bem claro o que se poderia fazer para animar a perseverar esta resposta dos religiosos à ação de Deus.

1. Partilha espiritual ("partage spirituel")

Com base em toda a evidência de que hoje dispomos, parece que se pode dizer que um dos fenômenos mais visíveis e difundidos é aquilo que se pode indicar com o termo partilha espiritual, **spiritual sharing, partage spirituel**.

Paulo Molinari

Modificações, Experiências, Orientações Atuais na Vida de Oração

A consciência mais viva da dimensão comunitária despertou o sentimento da responsabilidade que cada membro da comunidade tem de contribuir para o crescimento espiritual dos demais.

No ENCONTRO dos Presidentes e Representantes de Conferências Nacionais de Religiosos e Delegados das Uniões internacionais de Superiores e Superiores Gerais com a Sagrada Congregação dos Religiosos, Roma, outubro de 1972, (Convergência, dezembro/72, página 3 e seguintes), foram apresentados cinco temas. Apresentamos aqui o trabalho do Pe. Paulo Molinari, SJ, relator nomeado pela Sagrada Congregação.

Este sentido de responsabilidade comunitária em favorecer a vida de oração de cada um está longe de ser novidade. Em tempos recentes, porém, tomou uma forma nova. No passado, acreditava-se geralmente, que tal responsabilidade cabia ao Superior. Todos indubitavelmente estavam conscientes do fato de que a comunidade devia ser fonte de ajuda para a busca do Senhor, mas falava-se muito pouco em compartilhar com os demais as próprias inspirações e aspirações. É mais: em muitas congregações, particularmente femininas, esta atitude era desaconselhada energeticamente. Temia-se certa soberba espiritual e, talvez, a inautenticidade. Numa época em que, no seio da vida religiosa, se insistia sobre o esforço pessoal na busca da perfeição, (com possibilidade de certo semipelagianismo inconsciente) estes temores poderiam ser compreensíveis. Hoje, todavia, entre os religiosos há uma compreensão mais profunda da ação

de Deus, seja nos indivíduos como na comunidade. Isto diminui o perigo de que a partilha espiritual possa favorecer a soberba.

Enquanto anteriormente se concebia a relação com o Senhor como algo eminentemente pessoal, nos tempos mais recentes se descobre uma tendência crescente em crer que a inspiração de cada um possa resultar estímulo no esforço de responder ao Senhor, seja como indivíduo seja como comunidade. Naturalmente há perigos, como em qualquer situação humana. O mais sério talvez não seja a soberba espiritual mas a possibilidade de se exercer uma sutil e, quem sabe, até declarada pressão sobre pessoas mais reservadas, forçando-as a que compartilhem suas experiências espirituais e seus pensamentos. Isto seria uma injustificável violação do íntimo de cada um. Pode-se, entretanto, evitar tal perigo, criando-se uma atmosfera de liberdade espiritual que fomente, sem impor, a partilha. Quando se tomam as devidas precauções, o bem supera de muito os riscos, porque graças à partilha espiritual, a comunidade inteira se dispõe a chegar a um nível mais profundo. O amor de Cristo que nos ajuntou *in unum* é o que devemos compartilhar uns com os outros.

Participar dos critérios de Cristo

Nestes últimos anos, assistimos a um crescimento e a um desenvolvimento gradual desta partilha espiritual. Sempre que foi realizada

com seriedade, caridade e discernimento, as comunidades passaram rapidamente do discutir ao dialogar e ao compartilhar reflexões sobre as Escrituras e sobre outros escritos espirituais. Isto leva a colocar em comum pensamentos e aspirações, e, conseqüentemente, a uma autêntica partilha também da oração, na qual os membros da comunidade expressam espontaneamente o que têm no coração. Este intercâmbio oferece, a miúdo, preciosas intuições a respeito da profundidade espiritual dos membros da comunidade, alguns dos quais sem isto viveriam desconhecidos, porque vacilariam em revelar seu relacionamento com o Senhor. Compartilhar na oração leva, ademais, à necessidade sentida de compartilhar também o silêncio na escuta e na adoração a Deus. É então que a contemplação se desenvolve rapidamente.

Esta partilha espiritual, com frequência, levou algumas pessoas a redescobrir o que talvez tendia a desaparecer nelas: o espírito de oração, o contato vital com o Senhor. Realmente, ninguém pode repartir o que não tem. Mais fundamentalmente ainda, esta partilha tende a inspirar àqueles que dela participam, a busca do Senhor com maior intensidade e ardor.

Onde este profundo espírito de oração se desenvolveu, em contexto comunitário, a comunidade se tornou apostólica, de maneira nova. De fato, um grupo que vive verdadeiramente aberto e que compartilha o que tem de mais íntimo, constitui um centro de atração pelo mesmo fato de existir, e assim exerce

um apostolado vital. Os religiosos de outras comunidades ou de outros institutos, como ainda os membros do clero e do laicato (e são muitos os interessados nisto) ao ver que há um grupo de religiosos que crêem profundamente e rezam sinceramente, sentem-se atraídos a unir-se a eles e a tomar parte na sua adoração e na sua oração. Evidentemente, a comunidade precisa ser aberta e estar disposta a acolher estes "visitantes", que rapidamente se convertem em "adoradores". Uma tal comunidade é eminentemente apostólica porque leva os homens a Deus.

Esta nova forma de oração comunitária leva, quase pela sua mesma natureza, a uma nova atitude frente a Deus e ao mundo. A partilha de aspirações e de inspirações, experiências e ânsias, faz a oração se unir mais intimamente à realidade da vida. Nas angústias e nos sofrimentos dos homens, em suas misérias e em suas necessidades, mais facilmente se ouve a voz de Deus que nos chama a servi-lo e convida a continuar a missão de amor e de bondade que Cristo cumpriu na terra e quer perpetuar em nós.

Além desta partilha levar a uma atitude de escuta a Deus e a seus chamamentos, faz ainda com que sintamos com mais força a necessidade de interceder, em união com Cristo, pelos que têm necessidades. Ao mesmo tempo intensifica a necessidade de uma união mais íntima com Cristo e de participar de seus critérios, o que leva à contemplação do mesmo Cristo em seus mistérios.

2. Apreço pela Liturgia

A partilha espiritual, que encontra na Sagrada Escritura uma das principais fontes de alimento, contribuiu para o desenvolvimento de um apreço mais profundo à Liturgia e participação mais ativa nela. Ao falar de liturgia, refiro-me primeiramente à celebração eucarística, onde o louvor de Deus alcança a mais alta expressão e chega ao ápice. Penso também no Ofício, ao qual comumente se alude quando se fala em "Oração da Igreja".

É verdade que em algumas partes houve uma reação negativa relativa ao ofício e à récita das Laudes e das Vésperas. Ao se fazer uma redução necessária e considerável do número de "orações comunitárias", a Oração da Igreja, por vezes, foi considerada com excessiva facilidade como uma das tantas orações vocais da comunidade. Consequentemente, muitas pessoas passaram a buscar outras formas de oração que pareciam mais atraentes e conter maior significado.

Como muitos sublinharam esta reação é devida em grande parte à falta de formação escriturística e a uma conseqüente falta de apreço pelos salmos. Para confirmá-lo, muitos insistiram: onde houve verdadeira partilha espiritual e um conhecimento melhor e mais difundido da Sagrada Escritura, as comunidades concluíram que a Oração da Igreja, com a flexibilidade agora concedida, pode ser o meio mais sólido e seguro para introduzir gradualmente a comunidade em nossa comunhão, na qual se divide o

Senhor em profundidade e nos prepara para a verdadeira participação na Eucaristia.

Tudo isto ficou comprovado pelas experiências daqueles que, por falta de apreço pelos salmos, os substituíram por outras fórmulas que, esteticamente, senão doutrinariamente, são de discutido valor. Conseguiu-se assim uma volta à Palavra de Deus e uma crescente preocupação positiva com relação à Sagrada Escritura.

Gradualmente o contato com o Senhor em sua Palavra leva a alguns que se alienaram dela, ao desejo do contato com o Verbo em sua presença sacramental. Não me refiro agora aqui à celebração da Eucaristia, mas a um profundo e singelo amor ao Senhor que quer estar perenemente presente entre nós, debaixo das espécies sacramentais.

A celebração da Eucaristia, evidentemente, continua sendo o centro e o ápice da oração comunitária. Busca-se ativamente mais vasta, mais completa e mais significativa participação. Esta participação se enriquece obviamente com a experiência da oração pessoal dos membros da comunidade e se completa com a profunda integração entre oração e serviço na vida: "ide em paz amando e servindo ao Senhor."

Diversificação de opiniões

Em muitas comunidades religiosas se faz um notável esforço na preparação da celebração eucarística. Isto frequentemente dá ocasião

a uma profunda partilha e oportunidade de crescimento, seja para o indivíduos, seja para a comunidade, em seu amor e em seu apreço pela vida litúrgica da Igreja. Deste modo, a preparação mesma resulta em oração que leva a uma celebração mais intensa da Eucaristia por parte de uma comunidade já unida intimamente em Cristo e a um aprofundamento desta união com a Igreja inteira.

No entanto, a este respeito, nos encontramos frente a um dos problemas mais dolorosos e mais extensos que afetam hoje a muitas comunidades religiosas. A diversificação de opiniões sobre o que atualmente é oportuno ou é legítimo traz frequentemente divisões nas comunidades. Com mais frequência ainda esta diversificação de opiniões

divide os próprios religiosos, quando não há sacerdotes na comunidade, seja do clero local seja da paróquia. As religiosas, não raras vezes, se defrontam com sacerdotes que não querem aceitar a celebração da eucaristia de maneira que corresponda a sua profunda necessidade de orar mais intensamente ou que não estão dispostos a aceitar as mudanças que a hierarquia local autoriza e aconselha. As razões destas divisões são muitas e, — é preciso confessá-lo — nestas circunstâncias os religiosos, muitas vezes, não tratam suficientemente de dialogar serena e abertamente com estas pessoas. Seja como for, a obrigação da Igreja de levar em consideração as autênticas necessidades de quem deu sua vida para seu serviço, é inegável.

3. O movimento das Casas de Oração

Uma última e por demais expressiva manifestação deste desenvolvimento no campo da partilha espiritual, seja no seio das comunidades, seja no círculo mais amplo da comunidade cristã, com as necessárias consequências na busca mais intensa de Deus e dos tempos de oração, leva-me a falar agora daquilo que comumente se conhece com o nome de "Movimento das Casas de Oração". Como se sabe, este movimento se difundiu e se difunde cada vez mais, particularmente, embora sem exclusividade, nos países de língua inglesa.

Todos sabemos que aquilo que indicamos com o nome Casas de Oração tem matizes variados. O

termo não conota necessariamente um edifício permanente. Propriamente se emprega este nome para indicar o fato de que aos religiosos se proporciona oportunidade de liberar-se de outras responsabilidades e transcorrer um período relativamente longo com o Senhor. Para esta finalidade, algumas congregações designaram uma ou mais casas, muitas vezes singelas e pobres, com um pequeno grupo de pessoas, que constitui um núcleo, mais ou menos, permanente no qual se pode acolher outros membros da congregação quando as tarefas apostólicas permitem passar um pouco de tempo de oração na tranquilidade. Algumas casas de oração servem a

uma Província ou a uma congregação. Outras, são intercongregacionais. Há também só para religiosos, só para sacerdotes diocesanos e bispos, e também para leigos.

Onde estão as raízes deste movimento? Há quem pensa ser ele uma reação a uma situação de mal-estar e, portanto, uma fuga. Embora possa ser verdade que para algumas pessoas, o desejo de passar um período de tempo numa Casa de Oração, seja uma expressão velada de insatisfação frente a adaptação, todavia, todos aqueles que seguiram de perto este Movimento, como ainda muitos religiosos que partilharam e partilham esta experiência, todos são concordes em afirmar que, geralmente, o que atrai tanta gente a um período de tempo numa Casa de Oração é algo muito diverso e muito positivo.

Tratando de descrever concisamente a motivação destas pessoas, pode-se dizer: trata-se de uma necessidade profundamente sentida de dar prioridade ao elemento primordial de nossa vida de pessoas chamadas a seguir Cristo e a ser "seus". "Mestre, onde moras?" "Vem e vê." "Foram e ficaram com ele." Em outras palavras, é uma vontade estimulante de estar com quem é nossa vida. A resposta a esse convite interior não foi dada para encontrar uma satisfação pessoal ou uma consolação, mas para tornarmos o que Cristo quer que sejamos: totalmente seus.

Simultaneamente há uma viva consciência do fato que "estar junto do Senhor" é, por sua natureza, apostólico. E isto não só porque

faz a pessoa ser mais familiar com o Senhor, mais unida a ele e por isso mesmo, mais apta para o apostolado, mas também porque desenvolve grandemente a compreensão da dimensão comunitária da oração e da responsabilidade de despertar o mesmo nos outros. Realmente, aqueles que sentiram e sentem a necessidade de ir a uma Casa de Oração, prescindindo de alguns casos excepcionais e de circunstâncias ocasionais, sentem a necessidade de o fazer com outros, para repartir reciprocamente tudo o que o Senhor lhes dá, e de ser, por isso, uma comunidade aberta e orante à qual pode acorrer todo aquele que busca o Senhor satisfazendo assim sua mais íntima necessidade.

Desejo de oração pessoal

Facilmente se descobre como o Movimento apresenta semelhanças com a tendência geral de que falamos quando tratamos da "partilha espiritual". Ambos conduzem a uma intensificação da dimensão apostólica da oração e a uma valorização do influxo que uma comunidade que reza tem sobre o mundo que a cerca.

Precisamente por esta sua característica, o Movimento da Casa de Oração ilumina com maior evidência o que afirmamos anteriormente: não se trata de uma busca do Senhor separada da vida, mas trata-se de uma urgente necessidade de responder à chamada de Cristo que exige que seu discípulo se comprometa mais profundamente com o mundo e com nossa missão nele. Realmente, pelo fato de estar

junto dele, de se fazer cada vez mais "seu" em nível de consciência, procura-se cada vez mais ver com os olhos de Cristo e consequentemente, amar com ele e como ele ama. Ninguém amou tanto o mundo nem se compenetrou tanto com ele nem tão intensamente como Cristo.

O que acabo de dizer a respeito das casas de oração, leva-me a mencionar, ao menos brevemente, outro fenômeno, que se propagou rápida e extensamente: **o movimento pentecostal**. Não me proponho alongar-me sobre este assunto, nem descrever seus elementos positivos, nem mesmo falar das necessárias precauções. O que julgo importante e, necessário mesmo, sublinhar é isto: este movimento nos apresenta uma interrogação. Este mo-

vimento demonstra claramente que muitas pessoas, especialmente do laicato e entre a juventude, como também entre os religiosos, têm sede de Deus e de oração. Por que então não buscam satisfação em outros ambientes que não os nossos? Não deveríamos nos perguntar se não subestimamos a parte que a oração deveria ter em nossa vida, seja pessoal, seja comunitária? Dando excessiva importância à atividade, não furtamos ao povo aquilo que ele mais esperava de nós como pessoa consagrada a Deus?

Esta observação, vista à luz de tudo quanto dissemos a respeito da partilha espiritual e do Movimento das Casas de Oração, põe em relevo outro fator inegável. Existe entre os religiosos, um agudo e constantemente crescente desejo de oração pessoal.

4. Oração Pessoal

Em todo lugar hoje se encontra, entre os religiosos, uma grande sede de contato íntimo e pessoal com o Senhor. Muitos se lançam em tudo aquilo que pensam poder ajudá-los realizar este contato com Deus. Assim se entende esta proliferação de livros estupendamente ilustrados, que talvez pretendam subsidiar algo que sirva de preparação psicológica da oração e que a tradição inaciana associa com a "composição do lugar."

Nasce simultaneamente um notável interesse pelos exercícios físicos e mentais próprios do ascetismo oriental que podem propiciar alguns

benefícios oferecidos pela mortificação, sobre o que tanto se insistia no passado. Verifica-se de fato um profundo interesse pelo ascetismo, como tal, embora seja concebido normalmente em termos sociais. Mas em lugar de insistir na mortificação pessoal, propriamente acentua-se sobre uma total disponibilidade para os outros, sem excluir os planos e as preocupações pessoais. A prontidão para deixar-se interromper para ver os próprios projetos desfeitos, para pensar sempre de olhos fixos nas necessidades alheias, pode ser uma forma de ascética extremamente exigente e, ao mesmo tempo, sadiamente cristã.

Esta notável reviviscência do interesse e do desejo da oração pessoal e muito singela, como expressão do relacionamento do religioso com o Senhor que o consagrou no amor e para sua missão, nasceu juntamente com o movimento para a partilha. Como se sublinhou, a oração compartilhada não pode alcançar um nível mais alto do que a oração pessoal dos que participam dela. Por outro lado, a oração compartilhada estimula e inspira a oração privada. A franca e aberta relação que cria com os demais, constitui uma salvaguarda contra as ilusões que se podem dar numa espiritualidade demasiado solitária. Ao mesmo tempo deve-se ponderar que a crescente necessidade de intensificar a oração pessoal está também intimamente ligada com o movimento das casas de oração.

Nova estima da confissão

A comunidade orientada para a oração tende a desejar uma atmosfera de paz e de calma, quando não de silêncio, pela íntima tomada de consciência da presença do Senhor entre nós. Comunidades deste tipo, se verdadeiramente estão abertas ao ambiente que as rodeia, podem exercer poderosa influência nas demais pessoas que aspiram por estar com o Senhor. Irradiam ademais uma sã integração entre a amorosa comunhão com Deus e a completa disponibilidade a seu serviço.

Este mesmo desejo de estar com o Senhor encontra uma viva expressão no renovado interesse pelos exercícios espirituais. Nestes últimos anos temos observado uma grande variedade de tipos de exercícios es-

pirituais. São de desigual valor mas o esforço que se fez para buscá-los manifestou geralmente uma grande vitalidade e um grande interesse por uma necessidade espiritual. O que todavia parece muito significativo é que se abandonou, de maneira sempre mais incisiva, as formas de exercícios em que se multiplicavam as discussões, e se procurou em troca uma forma de oração mais contemplativa.

Particularmente rápido é o crescente desejo de Exercícios Espirituais realizados debaixo de uma direção pessoal, nos quais o exercitante se encontra diariamente com seu diretor qualificado, cuja tarefa é animar e sustentar o encontro com o Senhor, um encontro honesto e total.

O crescente interesse pelos exercícios espirituais dirigidos apresenta obviamente o problema, ao menos para as religiosas do inadequado número de sacerdotes diretores espirituais competentes. Em alguns lugares procura-se resolver este problema, em parte, com a preparação de religiosas para este trabalho. Alguns excelentes programas, organizados em várias partes do mundo, tratam de dar uma solução a esta exigência. Todos se vêm sobrecarregados de pedidos por parte de pessoas que desejam tomar parte nestes programas, embora aumentem sempre mais o número deles.

Esta mesma necessidade, cada vez mais sentida, de fazer os Exercícios Espirituais sob uma direção pessoal, aclara outro aspecto muito positivo desta indubitável busca de Deus e de abertura à sua ação: re-

firo-me à necessidade, cada vez mais íntima, de uma renovada conversão do coração que leva a uma nova estima do sacramento da Confissão, procurada com modalidades novas e mais profundas, seja num aspecto pessoal, seja comunitário, de reconciliação com Deus e com os irmãos, de exigência de mudança de conduta e de critérios.

Em contexto de comunidade

Ao mesmo tempo, esta honesta busca de Deus e esta sincera abertura para as suas exigências levou e continua levando a um novo comportamento do discernimento espiritual e da necessidade de realizá-lo num âmbito de comunidade, isto é, com a ajuda dos irmãos, com a finalidade de colocar juntamente e com maior objetividade tudo o que pode ajudar a descobrir as verdadeiras exigências de Deus, não so-

mente com relação à vida pessoal, mas também com relação à missão que Deus reserva a nós como comunidade.

Neste setor se observam admiráveis iniciativas que produziram consideráveis frutos seja no que concerne à harmonia da comunidade seja como estímulo que leva a descobrir e reconhecer a verdadeira natureza da vida religioso-apostólica, as características da oração do homem de ação, a exigência de ser contemplativo na ação e saber realizar uma fusão harmoniosa entre contemplação e ação.

Esta necessidade se fez sentir em toda parte, obviamente mais, onde se obteve uma intensificação da partilha espiritual num contexto de comunidade, não só religiosa, mas local e numa forma de oração enraizada na realidade da vida e da missão.

5. Area de Preocupação

Ao considerar a parte negativa dos progressos contemporâneos neste setor da oração, não falarei das reais aberrações — que felizmente vão desaparecendo — como a idéia de que não se pode absolutamente chegar a Deus diretamente, que a única possibilidade de oração se dá com outras pessoas, que sendo o trabalho oração, não deve ninguém parar na capela “para falar consigo mesmo”. No entanto, sem chegar a semelhantes posições completamente errôneas e insustentáveis, há outras áreas que pedem um esclarecimento.

Há certa confusão entre oração e reflexão, entre oração e conver-

são profunda, entre oração e trabalho apostólico, entre oração e apreciação estética da natureza e da beleza. Neste último ponto nem sempre se faz a sutil e delicada distinção entre adoração a Deus e uma atitude semi-panteística. Em suas formas extremas isto pode levar a uma despersonalização de Deus.

Independentemente de toda opinião ou tendência teológica há uma negligência bastante difundida no atendimento constante à oração formal da comunidade. As razões disto são múltiplas, como por exemplo:

Primeira. A dificuldade de encontrar formas ricas de significação para todos os membros da comu-

nidade. As comunidades são pluralísticas numa tendência sempre crescente. **Segunda.** As ocupações exageradamente grande de muitos religiosos, resultado de crescentes necessidades e oportunidades apostólicas. **Terceira.** O fato de alguns religiosos só lograrem disciplina interna muito vagarosamente em substituição às precedentes estruturas exteriores.

Sempre um pequeno número de religiosos participa de toda e qualquer forma de oração comunitária. São pessoas que têm uma sólida motivação interior. A presença então não é resposta a uma pressão exterior, nem temor de possíveis sanções que poderiam acompanhar a violação de uma norma universalmente aceita.

Neste setor da oração, como em outros também, podem aparecer e desenvolver-se, sérias e danosas incompreensões porque os religiosos mais jovens e mais orientados para

as mudanças usam, com frequência, termos novos para designar realidades verdadeiramente antigas e fundamentais. A experiência ensina que também eles têm certas necessidades mas nem sempre estão dispostos a aceitar o fato de que estão voltando a conceitos tradicionais embora revelados com modificações próprias, devidas às novas intuições e aos novos aprofundamentos. Os mais antigos, por sua vez, não aceitam o vinho velho em odres novos.

Alguns exemplos de termos mais ou menos equivalentes são: "abertura ao Espírito" e "docilidade à vontade de Deus"; "auto-crítica" e "exame de consciência"; "avaliação comunitária" e "capítulo de culpas". Poder-se-iam multiplicar estes exemplos. Todos estão indicando a necessidade de uma sincera e recíproca confiança, como ainda prontidão para aceitar com o devido discernimento, os conceitos espirituais, cujo significado nem sempre é imediatamente evidente.

6. Areas de Promoção

Nos recentes progressos no campo da oração, há muitos sinais da ação de Deus entre os religiosos que deveriam ser sustentados. Talvez o principal em tudo seja a confiança, cada vez mais profunda, em Deus mesmo, um abandono mais profundo em seus caminhos, uma liberdade maior para falar d'Ele. Isto leva a uma serenidade muito real, leva à verdadeira liberdade dos filhos de Deus que desejam responder a seu Pai com ardente e espontâneo amor. Por conseguinte, tudo o que está sobre-estruturado, antes

que favorecer a oração, pode impedir a ação de Deus e o crescimento da oração.

Nestes últimos anos se deu um notável progresso na formação, seja escriturística seja teológica, especialmente entre as religiosas. Nos melhores programas esta formação está concebida não tanto como aprimoramento intelectual mas como força integrativa na vida que oferece um conhecimento espiritual de Deus e de sua atividade. Quanto mais prevalece esta orientação,

maiores e mais autênticas são as possibilidades de crescimento espiritual na comunidade. Mais remotos são também os perigos de que a comunidade possa ser guiada por pessoas, cuja preparação intelectual, notável no campo secular, nunca foi, todavia, complementada por um necessário crescimento e conhecimento espiritual.

Há um crescente interesse em compartilhar e repartir toda riqueza espiritual e toda oportunidade. Para uma melhor formação espiritual e teológica, cada vez mais existem pessoas disponíveis na comunidade e capazes para satisfazer tais necessidades e competentes para dar orientação espiritual e dirigir Exercícios Espirituais.

Indubitavelmente, o legítimo desejo por parte dos religiosos de passar largos períodos de tempo na oração, precisa ser alimentado. As Casas de Oração, organizadas com grande flexibilidade, constituem uma das respostas a esta necessidade manifestada. Onde limitações financeiras ou de pessoal impeçam a uma Congregação abrir uma casa deste tipo, poder-se-ia recorrer a simples acordos e soluções. Religiosas preparadas poderiam passar de casa em casa para ajudar aqueles que desejam buscar o Senhor mais intensamente ou simplesmente para

rezar com elas. Este serviço é uma contribuição importante para a renovação da comunidade, porque os membros que aprofundam sua própria oração, exercem influência sobre os demais.

Finalmente, uma liberdade bem entendida e razoável na liturgia, obviamente dentro das normas fundamentais estabelecidas pela Igreja, deve ser permitida nas casas religiosas. A Igreja deve esta forma de inspiração tão importante e vital sobretudo àqueles que lhe entregaram a própria vida para seu serviço.



Os aspectos negativos atraem sempre mais a atenção do que os positivos. Enquanto não podemos fechar os olhos frente às reais dificuldades que existem hoje no campo da oração, temos também que nos alegrar diante dos muitos sinais de um interesse novo pela oração e das muitas orientações sadias que neste setor vão se discernindo cada vez mais claramente.

Deus está falando aos religiosos, homens e mulheres, hoje como ontem, e a livre e generosa resposta de muitos é um dos aspectos mais positivos da renovação da vida religiosa na Igreja de nossos dias.

- UNIÃO DOS SUPERIORES GERAIS
- CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE RELIGIOSOS

Relacionamentos & Contatos

Pe. Paulo Boyle, C.P.

No Encontro de Presidentes de Conferências Nacionais de Religiosos de todo o mundo, com a União dos Superiores Gerais, e a Sagrada Congregação dos Religiosos, em Roma, outubro de 1972, (Ver "Convergência", dezembro 1972, página 3 e seguintes), o Pe. Paulo Boyle, C. P., Presidente da Conferência dos Religiosos dos Estados Unidos, apresentou um relatório com sugestões referentes aos contatos que seriam de desejar entre as Conferências Nacionais de Religiosos e a União dos Superiores Gerais. O valor de suas colocações foi universalmente relevado pela Assembléia. Convergência focaliza e condensa alguns tópicos de sua intervenção.

Relações diretas com a Santa Sé

Duvidamos de que seja realmente possível à USG (União dos Sup. Gerais) servir de trâmite normal de comunicação com a Santa Sé em nome das Conferências Nacionais de Religiosos. Estruturar uma organização assim não é nada a se desejar. Cremos que seria injusto para as três partes pertinentes. À distância, qualquer órgão administrativo se configura como organismo burocrático. Só um contato direto

relevará os encargos pastorais da SCR (Sagrada Congregação dos Religiosos). Só o diálogo direto é o meio acertado de criar e desenvolver a confiança e a compreensão. As Conferências Nacionais têm o melhor ângulo para apresentar, com clareza e convicção, as questões sérias e as necessidades, as perspectivas e a capacidade da vida religiosa em seus respectivos países.

Seria, entretanto, importante que a USG conhecesse as representações e os informes levados à SCR pelas Conferências Nacionais. Pode haver e, haverá mesmo, vários Gerais interessados no assunto. Mas sinceramente, seria apenas por espírito de fraterna colaboração.

Reconhecemos ainda que há momentos e ocasiões em que a USG é o único órgão apto para falar pelos religiosos, como foi o caso do recente Sínodo dos Bispos. Como preparação a futuros Sínodos, o contato da USG com as Conferências Nacionais pode ajudar os seus membros a falar com mais acerto e maior exatidão em nome de todos os religiosos. A USG mantém três Gerais membros da SCR. Participam de suas sessões plenárias. Podem ser os porta-vozes das opiniões dos religiosos das diferentes partes do mundo. Também existe ainda o Conselho dos 16, composto de Superiores Gerais que se reúnem mensalmente com membros da SCR.

Correspondência

O intercâmbio de correspondência é uma forma evidente e simples de cooperação. Quando a USG ou uma Conferência Nacional envia um documento a seus membros, o Secretariado das outras Conferências deveria receber um exemplar. Igualmente, as Conferências Nacionais mandem seus documentos aos Superiores Gerais do próprio país residentes em Roma. Esta informação por parte das Conferências Nacionais é muito útil ao Instituto Religioso individualmente, e através, dos diversos gerais, a informação chegará também à USG.

Publicações

Pessoalmente não sou a favor de que a USG publique uma revista regularmente. Mas reconheço o benefício de uma notícia ocasional enviada às Conferências Nacionais de Religiosos apontando a edição de um livro, de um artigo ou de um discurso de importante interesse e de real valor. Talvez o serviço mais útil que a USG poderia prestar seria publicar periodicamente um informe sobre diversos aspectos da vida religiosa. Cada ano uma Comissão recolheria informações sobre determinado aspecto da Vida Religiosa, base para o estudo e os debates da USG e das Conferências Nacionais durante o ano seguinte. Posteriormente se publicaria a síntese das opiniões, das reflexões e das experiências. Outros informes poderiam ter uma natureza mais prática: a distribuição do pessoal, a avaliação de programas, a estrutura e as funções dos Conselhos Gerais e Provinciais etc.

Assembléias da USG

Há anos a USG tomou a iniciativa de convidar vários presidentes de Conferências Nacionais de Religiosos para a sua Assembléia Geral que se reúne duas vezes por ano. Cremos ser desejo da USG ampliar a participação das Conferências. Os obstáculos são grandes e de natureza vária, não excluindo os de ordem econômica. Falando de uma experiência pessoal, posso afirmar que esta participação se revela muito útil. Depois da Assembléia, faço um relatório e envio aos provinciais e aos abades. E eles, por sua vez, multicopiam e

enviam o relatório a todas as suas comunidades.

Assembléias Nacionais

Duas dificuldades se levantam frente ao desejo da USG de enviar seu Secretário Geral às Assembléias Nacionais: a falta de pessoal e a insuficiência de fundos. Quem sabe não se esconde por detrás destas duas dificuldades uma terceira: a incerteza da utilidade de uma tal participação. Há metas objetivas para as Conferências participarem da Assembléia da USG e vice-versa?

Os enviados voltam destas Assembléias sem uma bagagem significativa. Quase sempre a participação é avaliada do ponto de vista do preço da passagem. Se a presença de um Presidente de uma Conferência Nacional na Assembléia da USG não tem um valor significativo, a recíproca não é verdadeira. É imenso o valor significativo da presença do Secretário Geral da USG numa Assembléia Nacional. A Conferência dos Estados Unidos agradece a presença do Secretário Geral na sua Assembléia Geral. Mas uma pergunta muito direta e pragmática: os demais membros da USG se beneficiaram desta viagem e desta participação? Ninguém duvida do benefício pessoal, em si já considerável, uma vez que estes participantes são líderes responsáveis nas próprias conferências. O que sugerimos é que sempre seja feito um informe e uma prestação de contas para os demais membros e para os demais provinciais, a ser enviado ainda às Conferências Nacionais do mesmo grupo lingüístico.

Se é muito difícil e mesmo impossível que o Secretário Geral assista a todas as Assembléias Nacionais, porque algum dos Gerais não assiste a elas? Se em cada convite houvesse o programa para os Superiores Gerais de seu país ou do mesmo grupo lingüístico, a USG estaria representada em muito mais Assembléias Nacionais. Como todos sabemos, conversas informais são muito enriquecedoras, tanto ou mais que Assembléias solenes. Pois bem, todos os Superiores Maiores ou membros das Conferências Nacionais, quando em Roma, venham visitar os escritórios da USG.

Federação das Conferências

Durante todo o tempo que meditei sobre as possibilidades de contato entre as organizações nacionais e a USG, um pensamento sempre me voltou à mente: Há pouco mais de um ano reivindiquei esta possibilidade numa carta ao Pe. Arrupe. As tratativas puseram a descoberto uma série infinda de dificuldades. Mesmo com todos estes problemas nossa discussão pode ser benéfica.

Tenho me encontrado com frequência com membros das Conferências Nacionais da Europa, das Américas e do Oriente. O intercâmbio destas organizações e de seus serviços são interessantes e muito úteis. As discussões sobre fatos da vida religiosa são instrutivos. Ajuda a compreensão. Leva religiosos a outras regiões de missão com culturas diferentes.

Qual a possibilidade da USG coordenar e organizar pequenas as-

sembléias informais para os representantes das Conferências Nacionais? Aquelas conferências que falam a mesma língua poderiam talvez se reunir anualmente e as outras, de dois em dois anos. A iniciativa da SCR possibilitou esta Assembléia Internacional. Isto deveria tornar-se um acontecimento regular. As Federações Nacionais poderiam formar e constituir uma Confederação das Conferências Nacionais.

Vamos recapitular tudo o que dissemos até agora. De todas estas nossas sugestões, vamos formular algumas gestões práticas com o objetivo de favorecer a colaboração entre as Conferências Nacionais e a USG.

1.º) Que podem fazer as Conferências Nacionais para ajudar a financiar os serviços que se desejam da parte da USG?

2.º) As Conferências Nacionais devem continuar com um contato direto com a Sagrada Congregação dos Religiosos, colocando, entretanto, a USG bem a par do que acontece.

3.º) Sobre questões de importância e interesse universal, a USG deveria falar em nome de todos os religiosos.

4.º) Intercâmbio de documentos e de informações: a) Que as Conferências Nacionais enviem à USG e vice-versa. b) Que as Conferências Nacionais enviem aos seus Gerais ou aos Conselheiros do próprio país.

5.º) Publicações: a) Envie-se uma relação do material pertinente e se favoreça a tradução. b) Organizem-se Comissões de trabalho e de estudos para recolher informações e fazer avaliações.

6.º) Que os observadores das Conferências Nacionais à Assembléia da USG transmitam informes às Conferências da mesma língua.

7.º) Assembléias Nacionais: a) Convidem o Secretário da USG. b) Convidem os Gerais do mesmo país ou do mesmo idioma.

8.º) Federação e Confederação dos membros das Conferências Nacionais.

Se a USG, para todas estas nossas sugestões, já tem seu programa, sua iniciativa, seu projeto, ficam aqui nosso agradecimento pelo muito que silenciosamente vem fazendo e o testemunho de nossa presença aqui e agora como desejo de querer reforçá-los e desenvolvê-los.

CLAR

Confederação Latino- Americana de Religiosos

1. Sua Estrutura

Todos compreendem que a CLAR não pode reunir os 180 mil religiosos e religiosas do Continente para tomar decisões ou dar orientações. É natural que se exija então uma delegação de poderes. Os religiosos e as religiosas estão reunidos em Conferências Nacionais que têm suas Diretorias eleitas que realmente se interessam pela vida religiosa em cada país.

A CLAR, graças às suas Assembléias Gerais de três em três anos, **de direito** se encontra com todos os religiosos da América Latina, através dos três delegados que cada país pode enviar a estas Assembléias. Estes delegados, eleitos de acordo com os sistemas mais adequados e com as circunstâncias próprias de cada país, **representam ou devem representar** as inquietações

de todos os setores da vida religiosa masculina e feminina de cada região.

A última Assembléia da CLAR se realizou a partir de 17 de janeiro deste ano em Medellín, Colômbia, para onde convergiu uma representação expressiva, consciente e responsável de todos os religiosos e religiosas latino-americanos, por meio de seus delegados. Representaram o Brasil nesta Assembléia: Os membros da Junta Diretiva: Frei Constâncio Nogara, Secretário Executivo da CRB, Irmã Helena Maria Ferreira, da Diretoria Nacional, Irmão Arno Bonfleur. E os delegados da CRB: Irmão Alfredo Henz, da Diretoria Nacional, Irmã Henriqueta Furtado Nunes, da Diretoria Regional da CRB-São Paulo e, a convite pessoal da Diretoria da CLAR, o teólogo Frei Leonardo Boff.

2. Sua Missão

A CLAR foi constituída para responder a uma necessidade. Pouco antes de se instituir a CLAR, havia-se criado o CELAM, Conselho Episcopal Latino-Americano. Seguindo o exemplo dos Bispos, os religiosos sentiram necessidade de estudar a problemática própria da vida religiosa em nível continental. Criou-se então a CLAR para dar uma resposta adequada aos problemas específicos da VR no Continente. Este é o motivo fundamental da organização da CLAR e que pressupõe o fenômeno da fraternidade, seja entre os religiosos, seja entre os povos da América Latina.

3. Objetivos

Os objetivos da CLAR são muito claros.

Renovação da vida religiosa. Nada de novo nem inventado pela CLAR. Mas o Espírito de Deus que falou no Vaticano II, exige renovação contínua da vida religiosa. Esta renovação não é fácil, embora seja um imperativo para todos. Na comunidade, na união dos espíritos, na troca de idéias, esta renovação se realiza com maior segurança.

A CLAR está empenhada em responder ao Concílio Vaticano II e em atender às Conclusões da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reunido em Medellin, agosto 1968. Ambos pedem renovação da vida religiosa para responder aos problemas do homem de hoje, do homem latino-americano, atendendo ao magistério e aos sinais dos tempos.

Adaptação da vida religiosa. A CLAR acredita que a vida religiosa é uma atitude eminentemente profética, um compromisso radical com o evangelho e com os homens de hoje.

— Por que nos adaptar?

Porque é possível. A vida religiosa pode ser vivida nos acontecimentos concretos da vida diária. As circunstâncias, os sinais dos tempos, a história da salvação própria da América Latina, estão exigindo uma vida religiosa adaptada, **regional** se podemos dizer, própria destas paragens. É claro, entre muitos, entre pessoas de diferentes temperamentos, de diferentes nacionalidades, membros das diversas famílias religiosas, é mais fácil encontrar os caminhos, para interpretar os sinais dos tempos, para uma maior fidelidade à história da salvação. É exatamente o que a CLAR busca propiciar e ser instrumento para a América Latina.

Promoção da vida religiosa. Promoção traduz de imediato uma profissão de fé no futuro da vida religiosa. Nem a CLAR nem os milhares de religiosos e de religiosas somos pessimistas. O pessimismo não é próprio de cristão autêntico. Deus guia a história. Cristo em pessoa nos acompanha nesta empreitada de fazer a história da humanidade que caminha. A CLAR crê sinceramente nos valores autênticos da vida religiosa.

É uma premissa fundamental para a CLAR e para todas as Conferências Nacionais de Religiosos: pertencer a estas organizações é

professar uma fé incondicionada na vida religiosa. Sem esta convicção neste valor permanente é impossível pensar em renovação e adaptação. Estes são, pois, os objetivos da CLAR: 1.º) Renovação da vida religiosa como resposta ao Vaticano II e à Medellín. 2.º) Adaptação da VR como resposta à história concreta que Cristo está operando em nós aqui na América Latina. 3.º) Promoção da VR porque é uma forma muito válida de viver com autenticidade o evangelho no Continente Latino-Americano.

Responsáveis. Formam a CLAR todas as Conferências de Religiosos e de Religiosas da América Latina. Enquanto ela for fiel aos seus objetivos não haverá lugar para exclusão de grupos ou de tendências. A CLAR precisa de todos os que realmente querem buscar, desejam buscar.

4. Como se trabalha na CLAR

A CLAR não pretende dar soluções concretas aos problemas da vida diária. Ela indica apenas pistas de solução em nível continental. Por esta razão não oferece **formulários de receitas**, mas possibilita a reflexão sobre a problemática concreta na América Latina. Ordinariamente ela trabalha assim:

A partir das insinuações e das conclusões das Assembléias Gerais, das Juntas Diretivas ou de visitas a diferentes países, certos problemas-chaves são detectados. Faz-se então um projeto para estudá-los. Convoca-se um grupo de **experts**. Numa primeira reunião, delimita-se a matéria, define-se o estado da

questão, apontam-se algumas pistas, para encaminhar os estudos.

Resultado desta reunião é um **texto de trabalho**, quase um rascunho. Este texto motiva a reflexão dos religiosos de maneira incisiva. Note-se bem, a este texto de trabalho, nunca se chamou nem se chamará documento da CLAR. É apenas um convite à reflexão, ao aprofundamento. Um convite para que os religiosos dêem suas respostas, apresentem seus pontos-de-vista. Em algumas ocasiões as respostas foram maciças e muito objetivas, como por exemplo, o estudo sobre A Vida Religiosa Feminina na América Latina. Outras vezes depende do interesse do tema, das circunstâncias de tempo, de lugar etc.

Distribuído o texto de trabalho, espera-se três ou quatro meses para que em cada país, individualmente ou em grupos, os religiosos se manifestem sobre o tema. A CLAR convoca, então, uma nova reunião de **experts**, mais ampliada. Com as contribuições enviadas, estes **experts** montam um **projeto de documento**, que é, posteriormente, remetido a alguns religiosos, às Conferências Nacionais de todo o Continente, aos participantes da Junta Diretiva e da Assembléia Geral.

Na Assembléia Geral, o projeto é submetido à análise e à crítica. Se a Assembléia ou a Junta Diretiva da CLAR se pronuncia e aprova o tema, depois que atravessou todo o processo descrito atrás, então sim, é um **Documento da CLAR**. Nenhum documento da CLAR foi editado e difundido sem ter cumprido estritamente este outro quesito-

to: saber o pensamento da Sagrada Congregação dos Religiosos a respeito.

5. A Crítica

É perfeitamente legítimo que haja críticas. É uma atitude muito natural, sobretudo num momento de mudanças e de renovação. Organismos tipo CLAR, CELAM, CIEC etc. que não têm jurisdição sobre pessoas ou grupos, tem de ser pioneiros, bate-estradas, para se justificarem, para não perderem sua razão de ser. Há quem, desconhecendo a natureza dos trabalhos da CLAR, fale de discriminação. Mais exato seria falar de **inquietação** porque esta é a missão da CLAR, inquietar aquele que, por vocação, precisa ser profeta. Profeta acomodado não é profeta. Um organismo vivo provoca reação. Quem está vivo, pelas mesmas leis da física, produz reação.

— Quais as críticas que se fazem à CLAR?

1

“A CLAR não é suficientemente representativa.” Quem examina a estrutura da CLAR, como expusemos atrás, conclui que, **em princípio**, a CLAR é representativa de todos os religiosos e religiosas da América Latina. Seria, porém, muito importante ao criticar a representatividade da CLAR que cada um se examinasse sinceramente para ver até que ponto está empenhado na renovação e promoção da vida religiosa em seu país; até que ponto está engajado e participa das atividades de sua Conferência Na-

cional. No dia em que cada religioso e cada religiosa da base, cada provincial e cada superior e superiora local trabalhar intensamente no seio de suas Conferências Nacionais, neste dia, a CLAR não só de direito, mas também de fato, teria sua representatividade plena.

2

“**Secularização**”. É um assunto que dá muito pano para manga. Acusam os documentos da CLAR e do CELAM como eivados de secularização, dando proeminência ao aspecto sociológico. Há uma só história, que é a história da salvação para a qual convergem todos os acontecimentos da humanidade tendo Cristo à frente. História profana e história da salvação, compromisso temporal e compromisso eterno, são distinções teóricas que podem ter seu valor e sua importância. Quando se trata entretanto de focar problemas fundamentais da vida diária, sabem a maniqueísmo ou a um dualismo já completamente superados em nível universal a partir do Vaticano II e de Medellín.

3

“**Experiências são perigosas**”. É para muitos um escândalo. É absolutamente necessário que se tenha um mínimo de garantias de que a nova forma de vida é viável e possível. Daí a razão da existência de grupos nas congregações religiosas que ofereçam o grande serviço de marchar à frente. A CLAR está profundamente convencida de que

se devem fazer experiências. É claro, exigem-se seriedade, planejamento, mecanismos de controle, metas próximas e remotas, porque não é permitido que se queimem pessoas altruístas e generosas.

A CLAR não é responsável diretamente por nenhuma experiência de vida religiosa. Isto é tarefa e responsabilidade dos superiores imediatos.

4

“Perde-se o carisma próprio.” O trabalho da CLAR e das Conferências dos Religiosos e das Religiosas levam as Congregações e Ordens a perder o próprio carisma. Nada tão falso. Afinal, o que é mais: aquilo que une os religiosos ou aquilo que os separa? Em termos não jurídicos, existe apenas uma grande família de religiosos e de religiosas. Um grande grupo de homens e de mulheres que se propôs viver autêntica e radicalmente o evangelho. Esta família está dividida em grupos e subgrupos, de acordo com a visão de pessoas providenciais que lançaram movimentos de renovação, de maior autenticidade na Igreja. Se existe alguma coisa de comum entre os fundadores e as fundadoras das ordens e congregações é exatamente isto: foram pioneiros.

Nesta linha de pensamento até a CLAR se assemelha aos fundadores e às fundadoras. Ela quer propiciar respostas radicalmente evangélicas para os problemas do mundo latino-americano. Se cada Conferência se

empenhasse seriamente na reflexão, o carisma próprio de cada congregação se enriqueceria extremamente.

5

“A promoção das religiosas é perigosa.” A promoção da mulher é um dos sinais dos tempos e, por conseguinte, uma das expressões da vontade de Deus para hoje. A mulher religiosa não pode alienar-se. Tem de participar da promoção das demais mulheres. Se alguma mulher há que precisa realizar sua própria vocação de feminilidade, esta mulher é a religiosa. A religiosa na América Latina se empenha em sua promoção, na liberação de seu sexo. Não significa rebelião, mas busca da própria identidade.

A mulher não participa, como deve, na busca do Reino de Deus entre nós. Moral, Teologia, Direito, Interpretação da palavra de Deus, tradicionalmente, foi feito pelo homem. Tudo leva uma visão unilateral masculina. A CLAR deseja sinceramente que Deus **“se expresse de maneira feminina também.”**

6

“Teologia da libertação.” A CLAR não estudou diretamente o tema da teologia da libertação e da educação liberadora. São temas que competem, de maneira mais precisa, a outros organismos da Igreja Latino-americana. Criticar a CLAR porque se encontra nesta linha da libertação do homem latino-americano é criticar sua fidelidade à Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.

Pesquisa mostrou

- PESSIMISMO
- INCONFORMISMO
- POUCA ESPERANÇA

Educar a Juventude para a Esperança

Pe. Antônio Benko, SJ

O Departamento de Teologia da PUC-Rio realizou um levantamento entre colegiais e universitários a fim de saber o grau de esperança desta juventude no futuro do mundo. As respostas, pelo seu teor pessimista, impressionaram os responsáveis pela pesquisa. Juventude e Esperança foi o tema que a Pontifícia Universidade Católica escolheu para a pesquisa que mandou realizar entre os seus alunos e os alunos de três colégios da Guanabara — o Colégio Santo Inácio, o Colégio Teresiano, o Colégio Estadual A. Reis — num total de 449 estudantes. Destacamos de maneira muito sintética as dez principais constatações feitas pela entrevista.

1. Os alunos, ao entrar para a Universidade, não alimentam muita esperança quanto à sua própria situação.

2. Mais de 40% dos universitários têm uma atitude pessimista ou indiferente em relação ao futuro do mundo.

3. Este grau de pessimismo é maior nas moças do que nos rapazes.

4. Vinte e nove por cento dos universitários declararam não ter nenhum tipo de religiosidade (índice considerado alto) e a grande maio-

ria disse possuir apenas “certo grau de religiosidade”.

5. Apenas 40% dos universitários acreditam na vida depois da morte. As moças acreditam menos do que os rapazes.

6. O espírito de idealismo, de preparação para o futuro não parece ser o forte desta juventude. Nas moças o problema é maior do que nos rapazes.

7. O inquérito mostrou que a esperança da juventude é pouco cristã.

AS PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO

1. Na opinião da maioria dos jovens a humanidade está caminhando para um futuro () melhor () pior ou
2. O mais importante para os jovens de hoje é: () Viver o momento atual com o máximo prazer possível e esquecer o futuro. () Não se envolver muito com o momento presente, nem tão pouco angustiar-se com o futuro. () Preparar-se para o futuro mesmo que isto exija renúncias no presente.
3. A humanidade vai melhorando, principalmente na medida em que: () A tecnologia alcança progressos. () Os homens vivam fraternalmente, sem recorrer às ilusões de uma fé religiosa. () Todos decidam lutar pelo rompimento dos quadros expoliadores e alienantes da sociedade atual. () A maioria consiga por em prática o amor pregado por Cristo.
4. A maioria dos jovens em relação ao futuro da humanidade tem uma atitude: () pessimista () otimista () indiferente.
5. A maioria dos jovens acredita numa vida além da morte? () Sim () Não.
6. O futuro da humanidade depende antes de tudo: () Do esforço de pessoas corajosas. () Da atuação de forças incontrolláveis pelo homem () ou

8. Para os jovens o futuro do mundo não depende de forças incontrolláveis, mas do próprio homem.

9. Os colegiais revelam-se mais otimistas do que os universitários.

10. Os jovens talvez tenham esperança, mas não estão otimistas.

A esperança da revelação leva o homem à realidade

A análise das respostas do questionário leva à tentativa de construir um perfil, uma imagem da es-

perança dos jovens estudantes cariocas. O compromisso assumido pelo enunciado do tema, entretanto, desautoriza a tentativa. Correríamos o risco de olhar o "passado", de nos fixarmos em abstrações, de deixar o real, perdendo-nos no imaginário, em vez de encarar o futuro, em vez de penetrar na atitude concreta da esperança cristã. Que fazer para que esta esperança seja mais cristã? Como fazer desabrochar, através de nosso esforço educativo, uma esperança cristã na juventude?

Eis o desafio que os dados do inquérito devem suscitar em nós.

É impossível aprofundar toda a problemática da esperança cristã dentro dos limites destas páginas. A literatura atual, sob o ponto-de-vista bíblico, dogmático e pastoral é imensa. Teremos de limitar nossas observações sobre alguns tópicos básicos.

A esperança tornou-se um dos temas centrais da teologia atual. Se antigamente ela foi tratada quase que exclusivamente como uma, e talvez a menos importante, das três virtudes teologais, hoje — sem perder suas significações previamente elaboradas — é encarada mais amplamente, no contexto histórico-social da comunidade humana em que vive cada pessoa. A preocupação com o futuro do homem e da humanidade fez nascer em não poucos pensadores, como Bloch, Marcel, Lukacs, a necessidade de explicitar a significação da esperança.

Muitos deles tomaram o caminho decididamente imanentista, marxista, ateu. Tentaram elaborar “uma esperança sem fé”. A segurança do futuro nasceria da sabedoria tirada dos conhecimentos humanos acumulados. Seria uma espécie de “futuraologia”, “prospectiva”. Os pensadores cristãos, os teólogos, não podiam ignorar que o homem moderno vive muito mais angustiado, muito mais sob tensão que nas décadas do iluminismo e do idealismo, quando o homem parecia ter encontrado o caminho para o domínio absoluto de todas as forças. As duas guerras mundiais, com seus horrores, destruíram esta ilusão.

A humanidade escapou da guerra, mas ficou presa nas engrena-

gens de uma propaganda irracional, de sistemas econômicos inexpugnáveis, de guerras frias e surdas entre potências financeiras que se servem de todos os meios para não perder seu domínio. A mensagem cristã não traria uma luz que iluminasse o caminho neste caos, que ajudasse a construir um futuro mais digno do homem, porque mais correspondente ao plano de Deus?

O Vaticano II faz eco a esta preocupação quando, ao mencionar o múnus profético do leigo, diz: “eles se apresentam como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, aproveitam o momento presente e esperam a glória futura pela paciência. Não escondem, entretanto, esta esperança no íntimo do espírito, mas pela contínua renovação e pela luta contra os dominadores do mundo das trevas, contra os espíritos da malícia, também a exprimem nas estruturas da vida secular”, *Lumen Gentium*, 35, 1.

A reflexão teológica sobre a significação plena da esperança cristã renovou as pesquisas bíblicas correspondentes. A mensagem essencial do Antigo Testamento é assim resumida: A aliança que Deus fez com os homens e se manifestou a Abraão, implica uma promessa simples, uma terra e uma posteridade numerosa (Gên 12, 1 ss). Durante séculos, os objetos da esperança de Israel permanecem da mesma ordem terrena: a terra onde fluem o leite e o mel (Êx 3, 8), todas as formas de prosperidade. Apesar disto, a religiosidade dos israelitas não é um puro moralismo de bem-estar.

Os bens terrenos são dons de Deus, que o homem eventualmente deve sacrificar a Ele. Nestes apelos já se afigura uma esperança melhor que será explicitada pelos profetas. Eles mostram que a verdadeira esperança de Israel deve ser Deus, no qual o homem encontrará a salvação, sua redenção, porque Deus habitará com os homens. A esperança após a morte começa a ser encarada sempre mais claramente. "A esperança judaica, resume Duplacy, no tempo de Jesus, se diversificava de acordo com as correntes religiosas da época. Refletindo as diversas formas e as etapas sucessivas da esperança de Israel, ela aguardava um futuro material e ao mesmo tempo espiritual, centrado em Deus e sobre Israel, temporal e eterno, coletivo e individual. A realização deste futuro em Jesus exigirá da esperança de ainda se purificar."

Apoiados neste breve conceito de esperança vê-se com bastante clareza que a esperança da revelação não leva o homem a uma fuga da realidade. Pelo contrário, Israel esperava que Deus o abençoasse aqui na terra. A condição era que ele observasse sua parte da aliança: viver em justiça com seus irmãos e adorar o Deus verdadeiro. Quando ele abandona este caminho, repetidamente, é deportado e perde a própria terra prometida.

Esperança "fechada" Fé encarnada

Os Sinóticos ensinam, antes de tudo, que a esperança de Israel é realizada em Cristo. Mas, também, deixam entrever que, com Cristo se inaugura uma nova esperança. O reino de Deus que já veio e que é para vir, marca a nova época que será terminada na gloriosa vinda de Cristo que "retribuirá a cada um segundo os seus atos". Atos que devem se patentear na descoberta da imagem de Cristo em nossos irmãos; atos que ultrapassam a justiça rígida e captam a verdadeira significação da pessoa humana no ato de amor.

A fé na união do Pai e do Filho que difundem o Espírito Santo, tem que ser o fundamento da nova união da humanidade. Uma união que vai além de todas as capacidades e perspectivas humanas, é anunciada no evangelho de São João. Cristo coloca sua esperança na realização desta união entre os homens, rezando para que o Pai desse este dom aos seus "filhinhos". Por vir de Deus, de um lado, e do outro, por depender da aceitação nossa (o mundo não aceitará) não se trata de uma utopia. Sua realização é possível e por isso é uma esperança. Não cria, automaticamente, um paraíso terrestre e, por isso, não é uma utopia.

Uma das preocupações de nossa juventude é saber se o cristianismo pode se constituir numa mensagem de esperança, ou seja, numa mensagem que seja uma práxis.

Em São Paulo a esperança ocupa um lugar privilegiado. Ele espera que nós encontraremos o Cristo ressuscitado porque nós também ressuscitaremos, pois pelo batismo já pertencemos a ele. Somos salvos em Cristo, integralmente: corpo e alma. A ressurreição é dos "mortos". Esta convicção inspira a paciência, a confiança em Deus, a perseverança. Por isso é Deus que o cristão espera e em Deus coloca sua esperança. O cristão que tem a Deus por esperança, como objeto e motivo, não pode ignorar seu irmão. Se "fechar suas entranhas" ao ver seu irmão necessitado, o amor de Deus não permanecerá nele (Jo 5, 17).

Entretanto, para viver em Cristo, o homem deve morrer ao pecado, ao seu egoísmo. Somos batizados na morte e na ressurreição de Cristo. E quem nos atrai ao Cristo é o Pai. Portanto, a própria esperança é um dom, juntamente com a fé e a caridade.

Este esquema sucinto mostra a riqueza e a complexidade da esperança cristã, como ela é revelada no Novo Testamento. Ela é mais sobrenatural do que a esperança do Antigo Testamento porque se baseia explicitamente na morte e na ressurreição de Cristo, que não é fruto do esforço do homem, ao mesmo tempo que é mais encarnada porque atinge o homem na sua plenitude: espiritual, corporal, individual e coletiva.

Nossa tarefa é levar esta mensagem, integralmente, à nossa juventude. O inquérito mostrou que a esperança da juventude, na sua

maioria, só pode ser considerada cristã potencialmente. Não tanto porque cerca de 30% dela não se julga religiosa, mas, principalmente, porque, de um lado, poucos colocaram o amor pregado por Cristo como fator mais importante na melhoria do futuro da humanidade e, do outro lado, ainda menos mencionaram a mensagem de Cristo ao serem interrogados no item de que dependia o futuro da humanidade.

Parece que a esperança da juventude é "fechada" na terminologia de Marcel. Brota mais da convicção de que o mundo daqui a pouco será deles, e menos da vivência de uma fé encarnada que contempla o futuro da humanidade na perspectiva de Cristo. A passagem das gerações também é plano de Deus. Resta saber se esta juventude poderá viver conscientemente este plano.

Neste ponto entra nossa ação educativa de religiosos. Que fazemos para que esta juventude viva a esperança mais cristãmente? Nossas sugestões serão apresentadas em forma de perguntas. Queremos indicar com isso que nós mesmos estamos procurando o caminho. Nós também esperamos respostas mais claras.

Estamos convencidos de que uma das preocupações da juventude é exatamente duvidar se o cristianismo pode se constituir numa mensagem de esperança? Numa mensagem que ajude a entender e superar as dificuldades reinantes no nosso continente? Em outras palavras: uma mensagem que seja uma **práxis**. Não esqueçamos que outras ideo-

**Se esperança é uma espera,
alegre ou angustiada,
ela sempre implica um risco
e uma probabilidade real
de consecução do bem desejado.
Juventude é sempre esperança
da humanidade. Por ser
mais potencialidade do que possessão
plena, ela constitui um risco.
É o risco permanente da caminhada
com os desvios, as paradas,
as acelerações imprevistas,
as angústias e as expectativas,
as promessas e as interrogações.
A preocupação com a juventude
não só é compreensível
mas é até um imperativo.**

logias, como a marxista, como o humanismo imanentista-tecnologista, se insinuam contínua e poderosamente como esperanças para salvar o mundo!

A esperança da juventude é pouco cristã

Quando a questão se coloca no terreno da **práxis** não bastam palavras. É mister agir. Nós, pessoalmente, vivemos em nossa vida a esperança cristã, em toda a sua plenitude, em todas as suas dimensões? O que os jovens querem hoje é este testemunho. Há mais: eles querem ver se a esperança cristã é praticável no plano comunitário. Neste particular surge então a pergunta: Nossas escolas são testemunhas da esperança cristã? Mas perguntaria alguém: como uma escola católica estruturalmente pode ser testemunha da esperança cristã? Se alguém pudesse esta questão, provavelmente

não viveria ainda a virtude da esperança no seu sentido pleno. Talvez seja vivificado por ela na sua vida íntima, mas esqueceu-se que a esperança deve encarnar-se na comunidade a fim de ser sinal para esta mesma comunidade, **Lumen Gentium, I, 1.**

Se outras ideologias entusiasmam comunidades e a nossa esperança fica restrita somente à nossa vida íntima, dificilmente ajudará os jovens quando eles procurarem os caminhos do futuro. Não pensamos que a esperança cristã pode e deve manifestar-se na superação constante e corajosa de tudo o que é arcaico em nossas estruturas de escola? Não somos acusados, às vezes justa, às vezes injustamente, que prestamos mais facilmente ouvidos àqueles que querem guardar a tradição em todas as estruturas sociais do que àqueles que as querem renovar? Onde está nossa fé no "novo

céu" e na "nova terra"? Não somos inclinados a identificar a mensagem cristã com as estruturas que em certas épocas lhe serviu de subsídio, mas depois este quer que esta mensagem sirva a ele?

Engajamo-nos corajosamente, como pessoas e como representantes de instituições que nos são confiadas pela Igreja, nas linhas das reformas sociais propostas em documentos do episcopado nacional?

Como imaginamos que poderemos ser educadores da esperança cristã para a juventude atual se achamos muito perigosas ou unilaterais estas manifestações?

Tais expressões não estão camuflando nossa angústia que todo engajamento que rompe ou é possível de provocar rompimento com aquilo que constitui nossos condicionamentos, provoca em nós?

No fim do século passado nossas escolas católicas se propuseram à tarefa da apologia cristã. A fé era

atacada sob o pretexto das descobertas científicas, da razão, para a qual não mais teria lugar a fé. Hoje o ataque vem das falsas esperanças. Hoje os moços querem mais viver e querem ver o testemunho vital de esperanças. O exemplo de Jan Pallach, dos jovens budistas que se queimam em sinal de protesto, comovem a juventude. O ensino da Teologia e da religião está ainda moldado na problemática do fim do século passado ou já começou a adaptar-se às exigências modernas?

Nossos movimentos religiosos são vivências proféticas ou ficam ainda relegados à sacristia? Aceitamos, apesar de suas limitações eventuais, a importância de movimentos como o Cursilho, T.L.C. e outros encontros semelhantes?

O inquérito mostrou que a esperança da juventude é pouco cristã. Alguns nem têm mais esperança. Acham que o mundo vai piorando. A escola católica precisa se constituir uma mensagem de esperança cristã para a juventude.

A Assembléia dos Superiores Maiores da CRB - REGIONAL SALVADOR, reunida nos dias 9 e 10 de setembro de 1972 nesta cidade do Salvador, tendo refletido, na oração e no diálogo fraterno, sobre os temas "Ser e agir do Religioso" e "Vocação e Fidelidade", resolveu exprimir, através de votação em plenário, as seguintes conclusões, que foram unanimemente aprovadas pelos **64 participantes** e que esta Assembléia deseja cheguem ao conhecimento de todos os Religiosos e Religiosas da Região.

CRB — SALVADOR

CONCLUSÕES

ASSEMBLÉIA GERAL

10-9-1972

O RELIGIOSO NO MISTÉRIO DA IGREJA

1. Dentro do Mistério da Igreja, Corpo unido mas diversificado do Cristo, a Vida Religiosa representa a **vivência antecipada das realidades escatológicas**, as quais ultrapassam o conteúdo dos três votos, exprimindo-se principalmente pelo **testemunho de um amor sempre novo a Deus**, fonte de amor aos homens.

2. Os **votos** não são a finalidade da Vida Religiosa, mas **apenas meios** para uma maior vivência da **caridade**. De nada vale o cumprimento dos votos, se eles não servirem para "dilatara os espaços da caridade" no coração do Religioso.

3. A **raiz fontal** da Vida Religiosa é o **amor do Cristo** que desabrocha na alma do Religioso, levando-o a uma vida de **oração** e de **imitação dos aspectos mais profundos** do relacionamento de Cristo com o Pai e com os homens. A esta atitude do Religioso (que já é fruto da iniciativa de Deus na graça da vocação), Deus responde com uma **consagração** que o constitui, na Igreja **sinal de salvação** para os homens.

4. O "ser Religioso" consiste em **radicalizar** a consagração do Batismo, respondendo a uma especial vo-

cação divina para uma **doação total** à realização do Reino de Deus na cidade dos homens. Assim ele se define pela **intensidade e intencionalidade** de sua consagração.

5. O carisma próprio do Religioso (viver radicalmente sua consagração aos valores do Reino dos Céus) não lhe é dado apenas para sua santificação pessoal, mas também e principalmente para **utilidade dos outros membros do Povo de Deus**, a cujo serviço ele se devota totalmente, de modo concreto e consciente.

6. O **celibato consagrado** amplia no Religioso a sua capacidade de "ser-para-o-outro", a sua maior disponibilidade para o **amor a todos**. Sua compreensão e vivência é um especial dom de Deus, que é acolhido na fé, vivido no **amor** e sustentado pela **esperança**.

O RELIGIOSO NA PRÓPRIA COMUNIDADE

10. Como a pessoa cresce na medida em que se dá aos outros, a vida comunitária, ao invés de abafar a personalidade, deve desenvolvê-la, integrando na harmonia pluralista da comunidade o desenvolvimento e plena realização dos **carismas pessoais** de cada um dos seus membros. Para isto, a comunidade deve conhecer, valorizar e dinamizar estes carismas, utilizados para o bem comum.

11. O desenvolvimento e cultivo dos **carismas pessoais**, como também a sua utilização, **jamais** devem ser **obstáculo ao carisma fundamen-**

7. O **dinamismo** da Vida Religiosa não consiste na mera repetição de formas estáticas de uma espiritualidade cristalizada, mas na **descoberta criadora de uma vivência sempre nova** (pessoal e comunitária) do carisma do Fundador, conforme as exigências da humanidade e da Igreja.

8. Radicalmente integrado na obra salvadora de Cristo, o Religioso responde com a vida a um **chamado especial de Deus** que o faz instrumento eficaz de salvação numa **Igreja viva e atuante**.

9. A perfeição cristã consiste na fidelidade à **busca incessante** da vontade de Deus, qualquer que seja a vocação do batizado. Por isso a Vida Religiosa **não é, por si mesma, o caminho mais perfeito nem o mais seguro** para a salvação, a não ser para aqueles que, verdadeiramente a ela vocacionados, a realizem com fidelidade e amor.

tal da Vida Religiosa. Para nada servem estes carismas, se a sua concretização afasta o Religioso da vivência de sua consagração na e para a comunidade.

12. A Vida Religiosa comunitária deve ser marcada por uma autêntica **amizade fraterna** de todos os membros entre si, fonte de alegria, de diálogo e de paz, espetáculo admirável para os homens, penhor de uma especial presença de Jesus que se irradia como meio eficaz de conversão para os homens. Por isso a desunião e o desamor entre Religiosos, negando uma dimensão es-

sencial da vida evangélica, constitui grave **escândalo**, altamente pernicioso à vida da Igreja.

13.. Como a proporção numérica das comunidades pode influir, de

modo favorável ou desfavorável, no relacionamento fraterno dos irmãos ou irmãs, recomenda-se o fomento das pequenas comunidades e de medidas que, nas grandes, sirvam à intercomunhão das pessoas.

O RELIGIOSO DIANTE DO MUNDO DOS HOMENS

14. O cristão que abraça a Vida Religiosa, não obstante sua vocação própria marcada por um especial carisma de Deus, deve viver em consciente estado de **comunhão e solidariedade com todos os homens**, com os quais tem em comum a mesma origem divina, o mesmo destino eterno, as mesmas condições da existência terrestre e a mesma marca da natureza humana com suas necessidades e tendências, sofrimentos e aspirações.

15. Como todo ser humano, o Religioso se reconhece "imagem e semelhança de Deus", tendo recebido do Criador, junto com os outros homens, a comum tarefa do **trabalho**, da **solidariedade com os outros** e da **oração**, devendo, através dessa tríplice tarefa, participar da construção da cidade dos homens, na qual e pela qual se edifica simultaneamente a Cidade de Deus.

16. Diante do mundo dos homens, o Religioso reconhece humildemente que é **chamado e consagrado** por Deus para ser um **sinal** consciente dos valores evangélicos, um anúncio profético das realidades permanentes do Reino dos Céus, um **sinal de contradição** ao pecado e à cegueira do mundo, **palavra de Deus tornada visível** (como Cristo)

com radical dedicação de todo o seu ser à realização do plano do Pai.

17. A atividade do Religioso deve ser, para os homens com quem convive, **testemunho da salvação** realizada pelo Cristo, expressão de uma **busca** constante e consciente da perfeição evangélica, não obstante sua condição de penitente, na qual se exprime também sua comunhão com a humanidade pecadora para a qual anuncia a esperança fundada na misericórdia de Deus.

18. Embora frequentemente o Religioso exerça as mesmas atividades que os leigos, deve **se distinguir** pela **visão** específica que ele tem do mundo e de sua história, por uma **vibração** mais sensível e característica diante da caminhada do mundo para Deus, pela **eficiência e dedicação** de seu trabalho profissional, pelo **equilíbrio** harmonioso de sua personalidade e principalmente pela **marca sobrenatural** de seu agir, transparecendo sempre a **dimensão transcendente** de seus atos, na qual brilhe a luz da Ressurreição do Cristo, fonte de uma humanidade nova.

19. Compromissado exclusivamente com Cristo para a salvação do homem (libertação e promoção

integral), o Religioso é livre de qualquer compromisso com as estruturas terrenas e transitórias que possam vir a ser obstáculo a esta salvação. Por isso a **solidariedade com os pobres e oprimidos**, na luta por sua libertação, é uma **exigência essencial** da Vida Religiosa.

20. Para que a Vida Religiosa possa ser mais conhecida (e, por isso mesmo, mais desejada) deve ser revisto o sistema de **clausura** (inclusive das contemplativas), reconhecendo-se, no entanto, a sua utilidade relativa. Também seria útil que os Religiosos se compro-

metessem mais profundamente com os homens no **trabalho** e outros **engajamentos** humanos de nosso tempo.

21. Respeitando a variedade subjetiva das tendências e preferências individuais de seus membros, como também a urgência das concretas necessidades da humanidade, os Institutos Religiosos devem estar **disponíveis ao que for mais urgente e necessário** para a construção, aqui e agora, de uma sociedade humana solidária e progressista, aberta ao desenvolvimento integral do "homem todo e de todos os homens".

A VOCAÇÃO RELIGIOSA E A FIDELIDADE

22. A vocação religiosa (como as outras vocações humanas) está misteriosamente **inscrita** por Deus no ser de cada vocacionado e deverá ser continuamente **redescoberta**, através da existência, a fim de alimentar a resposta sempre nova que constitui o elemento essencial da fidelidade.

23. Quando Deus chama alguém à Vida Religiosa, ele prepara este alguém com **qualidades naturais e sobrenaturais** que normalmente serão os sinais de sua vontade. Por isso é necessário constatar os elementos de sanidade física e psíquica, e principalmente as motivações sobrenaturais para abraçar a Vida Religiosa.

24. No recebimento dos candidatos, é de grande importância não confundir uma mera aptidão humana para as **obras** que a Congregação realiza com o verdadeiro cha-

mado de Deus a uma **consagração religiosa**.

25. Na acolhida das vocações religiosas, é de grande utilidade uma **investigação psicológica** que mostre o tipo de personalidade do candidato, suas tendências, temperamento e caráter. Esta pesquisa não oferece resultado infalível, mas **orienta** bastante, pelo menos para seguir mais de perto os que apresentam dificuldades psicológicas.

26. Nesta época de reformulação de todas as camadas da vida da Igreja, Deus pode estar chamando para a vida consagrada elementos especialmente **contestadores**, fermento da renovação que o Espírito quer operar.

27. A **fidelidade** religiosa não se manifesta numa mero observância exterior, nem numa acomodação estática, nem na ausência de argumentação ou contestação; mas nu-

ma **busca sincera e amorosa da vontade de Deus**, descoberta na confrontação constante dos apelos da realidade existencial com o Evangelho.

28. A chama do amor, que é fonte da fidelidade, não se manterá acesa sem que haja uma **disciplina ascética**, renovada mas autêntica, que mantenha o "tonus" vivificador da Vida Religiosa. Esta ascese será feita sem artificialismo se aderirmos vivencialmente ao **nível comum do povo** onde se realiza o nosso trabalho.

A Assembléia votou, também por unanimidade, as duas moções seguintes:

1. Esta Assembléia, através da CRB Nacional, apela à C L A R no sentido de que continui os contatos com os Superiores da Europa e da América do Norte na linha dos últimos encontros, tendo em vista as grandes vantagens recíprocas.

2. Esta Assembléia apela a todos os Superiores Maiores da Região para que, fiéis aos compromissos assumidos na IX Assembléia da CRB Nacional, atendam urgentemente (antes do fim do ano) às exigências do sistema de sustentação econômica, concretizado na constituição da **ELO - Cooperação e Integração**.

INFORMES

1

RECIFE

NOVICIADO INTERCONGREGACIONAL

A experiência de Noviciado Intercongregacional em Recife começou em 1972 após a Páscoa. Nasceu mais da visão da CRB NE II a respeito das necessidades locais do que da insistência das próprias congregações. Os objetivos propostos, a princípio, por superiores maiores, mestres, e a Diretoria da CRB foram:

1 — Ajudar na formação integral das noviças — tanto humana quanto espiritual — para que assumam, como mulheres consagradas, suas tarefas no mundo e na Igreja de hoje. 2 — Possibilitar o conhecimento e a comunicação com jovens de congregações diferentes. 3 — Reunir as forças no sentido de agrupar pessoas aptas para ministrar os cursos, resolvendo, desta forma, alguns dos problemas das congregações no tocante a esta etapa de formação.

Os cursos do Noviciado Intercongregacional funcionam num dos colégios da cidade, duas tardes por semana. Normalmente, estas aulas contam com uma parte expositiva e

com uma parte em forma de estudo de grupo. Houve, no início, um treinamento em dinâmica de grupo para ajudar as noviças neste trabalho comum.

Primeiro semestre

No primeiro semestre, um curso intensivo sobre o Antigo Testamento, dado por Ir. Mectildes, abadesa das Beneditinas, serviu como introdução ao estudo da Palavra de Deus. Nele procurou-se mostrar como Deus, sempre fiel, progressivamente se revelou ao povo de Israel, transformando-o no seu povo.

O tema da Vocação na Bíblia foi abordado em algumas conferências pelo Pe. Geraldo Pennock.

Um curso focalizando a pessoa de Jesus foi dado por uma comunidade de três irmãs: Irmãs Patrícia, Joana e Maria, Servas do Imaculado Coração de Maria. Sua finalidade foi a de levar as noviças a um conhecimento mais profundo de Cristo e estimular o desejo de uma vida de oração. Estas aulas

incluiram várias experiências de oração, tanto em grupo como individuais. Um dia de oração no Carmelo de Camaragibe foi o ponto alto deste curso, dia de grande proveito e que muito entusiasmou.

Uma introdução ao livro dos Atos dos Apóstolos foi dado por Ir. Cecília, cônega de Santo Agostinho, para abrir horizontes sobre o espírito missionário da Igreja primitiva e suas tentativas de continuar a missão de Cristo hoje.

As aulas de psicologia da personalidade dadas por Ir. Maria Emília, cônega de Santo Agostinho, procuraram esclarecer e ampliar conceitos, tais como: personalidade, ajustamento, adaptação, comunicação, mecanismos neuróticos da personalidade e colocar algumas noções sobre o princípio de vida e de morte no comportamento humano. O objetivo era o de partir do que já existe dentro de cada um — quer em forma de aprendizado quer de informação — para então corrigir informações errôneas, distorcidas ou parciais e ampliar o pouco conhecido. Uma outra meta importante era esclarecer conceitos que estão muito misturados e confundidos com religiosidade e teologia.

Segundo semestre

No segundo semestre, em resposta ao pedido das noviças, continuou o curso de psicologia e o de espiritualidade do Novo Testamento. Neste último, apenas uma das irmãs assumiu o estudo do Novo Testamento, a fim de aprofundar o conhecimento dos grandes temas dos

Evangelhos num ambiente de reflexão e oração, ligando a reflexão bíblica às realidades de hoje. Além de introduzir os autores, as características literárias de cada um, e a teologia dos sinóticos, procurou-se ajudar as irmãs a cultivarem o hábito de refletir à luz da realidade de hoje e dos Evangelhos. A oração em comum, em pequenos grupos ou no grande grupo, concluiu geralmente as aulas.

Nas aulas de psicologia partiu-se para um estudo mais largo com o auxílio de textos a serem lidos, discutidos e criticados em grupos. O programa perfazia três grandes unidades: maturidade, afetividade e religiosidade. Na unidade sobre afetividade foi muito positivo o encontro das noviças com os postulantes maristas. Juntos conversaram sobre este tema e, o que é mais importante, se encontraram, jovens de sexos diferentes, que buscam a mesma consagração.

Através de todas estas noções, destes temas, quisemos mostrar o mais concretamente possível, a partir da própria experiência, que a pessoa humana é um ser profundamente marcado pela dinâmica do desenvolvimento, do aperfeiçoamento, da vida. A maneira mais coerente, mais "sadia" de respondermos a um chamado de Deus, que é de certa forma eterno, é assumir em cheio a própria existência em toda a sua dimensão. É somente descobrindo e assumindo o âmago da sua identidade de gente: racional, instintiva, afetiva e única, diferente dos demais, que se pode chegar sem distorções, sem nostalgia e com grande liberdade a esta

identidade de Religioso: ser consagrado a testemunhar vida, e a incentivar atos de vida, de libertação, e de esperança.

Quisemos durante este ano levar as 53 noviças de 11 congregações diferentes que frequentaram o curso: **primeiro**, a uma introspecção quer mais pessoal, quer religiosa; **segundo**, a descobrirem a pessoa de Jesus, Palavra de Deus que nos revela o amor e o desejo do Pai de dar vida aos homens, e que, por uma entrega total, cumpriu sua missão, e nos dá o Espírito. Este Espírito nos abre a uma atitude de escuta e contemplação em relação ao que já existe de salvo no mundo, e onde ainda está o pecado. Hoje, como ontem os homens são chamados para responderem com uma entrega total, à continuação da missão de Cristo, de dar vida.

Esses foram alguns dos nossos objetivos. Teremos atingido o que nos havíamos proposto? Talvez seja melhor deixar as noviças falarem por si mesmas. Por ocasião de uma avaliação no fim do semestre, tiveram elas oportunidade de expressar suas opiniões e oferecer sugestões para o futuro. Eis algumas das respostas que recebemos à pergunta: o que está achando da experiência do noviciado intercongregacional?

Falam as noviças

“O Noviciado nos leva a fazer novas amizades, a conhecer de perto outras congregações, a crescer tanto humana quanto espiritualmente.”

“Estamos sentindo que somos Igreja.”

“O contato com as outras congregações nos amadurece.”

“Esta experiência foi como que um abrir as portas para nos encontrarmos, podermos partilhar nossas riquezas.”

“É uma preparação para sabermos melhor como enfrentar a vida hoje.”

“É um enriquecimento mútuo. Trouxe-nos uma responsabilidade: a de uma vivência mais autêntica.”

Em resposta à pergunta: Que lhe trouxe de mais importante esta experiência, houve vários comentários. Transcreveremos alguns dos que foram mais repetidos:

“O mais importante foi este conhecimento mútuo, esta possibilidade de nos encontrarmos e partilharmos o que somos.”

“... o conhecimento da pessoa de Cristo e o conhecimento de si mesma.”

“... a descoberta de que os valores do Outro levam-nos a uma mudança.”

“... a oportunidade de se conhecer.”

“... a oração criadora e espontânea.”

Em setembro, a Assembléia dos superiores maiores deu seu apoio ao Noviciado Intercongregacional e expressou o desejo de que ele continuasse neste ano, com um segundo ano de trabalhos e de encontros. Estamos preparando a programação desse segundo ano, programação que nos levará a concen-

trar os esforços, sobretudo, na preparação para o apostolado, e que, por isso inclui alguns cursos de Teologia pastoral, teologia da missão, eclesiologia, sociologia, etc. Gostaríamos de prever um tempo de trabalho direto na pastoral para que as noviças pudessem atualizar o que aprendessem teoricamente e ter a oportunidade não só de partilhar as descobertas, mas também de refletir juntas sobre a experiência.

Está nos parecendo evidente a necessidade de maior comunicação entre professores e as mestras para que o Noviciado dê maior fruto. Não nos parecem muito claros nem o lugar que ocupa seja no conjunto dos outros cursos planejados pelos noviciados, em particular, seja no conjunto das atividades das mestras, nem o papel que nele têm os professores "religiosos". Serão

estes professores considerados apenas como peritos em determinados assuntos, ou também como pessoas que devam participar concretamente da responsabilidade da formação das noviças?

Questões como estas e outras surgem à medida em que caminhamos e nos deixamos tocar pelas inspirações do Espírito em face das necessidades locais do nosso povo. As reações das noviças e das superiores, durante este primeiro ano nos encorajam. Temos a esperança de que a experiência do noviciado intercongregacional esteja ajudando a formar religiosas maduras, mulheres de oração, dedicadas totalmente à causa de Jesus Cristo no mundo de hoje.

Ir. Patrícia McCluskey, I.C.M.

**Ir. M. Emília Guerra Ferreira,
C.S.A.**

2

A VIDA RELIGIOSA NA HOLANDA

No Encontro da Sagrada Congregação dos Religiosos com os Presidentes das Conferências Nacionais de Religiosos, Roma outubro 1972, o Pe. Edward van Montfoort, A.A. deu o seguinte depoimento sobre a vida religiosa na Holanda.

1. Como Presidente da Conferência dos Religiosos-Padres, da Holanda, gostaria de falar, em nome de **minha** delegação, como ainda em nome de duas outras delegações aqui presentes, a saber: a delegação da Conferência Nacional das Religiosas e a delegação da Conferência Nacional dos Religiosos Leigos. Nesta ma-

nhã foi-nos facultado não restringir nossas intervenções aos grupos lingüísticos e ainda foi-nos concedido expressar nosso pensamento à Assembléia Geral. Por isso pedi a palavra ao moderador.

2. Há várias razões pelas quais, nós holandeses, nos precavemos de falar até o momento. a) Reconhecemos, em muitas interver-

ções, traços que são comuns ao nosso país e aos demais países. Pareceu-nos melhor, então, não repetir o que já se dissera. b) Uma segunda razão é esta: Não temos razões para sermos discretos. E agora que nos pedem algo sobre a vida religiosa na Holanda não podemos nos calar.

3. Em primeiro lugar, queremos vos dizer que sabemos muito bem o que seja fatigar dia e noite para **conservar a unidade**. E ao nos expressar assim, falamos de nossas religiosas e de nossos religiosos como ainda de **toda a província eclesiástica** de que somos membros. Sem sombra alguma de exagero, a história dos últimos dez anos mostrou suficientemente que **queremos a diversidade, jamais a divisão. Queremos, isto sim, permanecer unidos.**

De tempos a tempos, esta luta pela unidade na diversidade, tem aspectos trágicos. Sabemos que em muitos países nossa província eclesiástica é considerada uma igreja cismática. Devemos admitir que, vez por outra, membros de nossa Igreja não revelam uma compreensão externa e recíproca. O que dissemos de nossa província eclesiástica, urge também dizê-lo de nossos institutos religiosos. Procuramos a unidade, embora seja-nos difícil, às vezes, realizá-la. Como esta mesma Assembléia Geral, também nós ainda não conseguimos delimitar as fronteiras da pluriformidade na unidade nem assinalar onde começam as divisões.

4. Entretanto, não nos desencorajamos. Sabemos muito bem, que em quase todos os dias realizamos a pluriformidade na unidade, sempre que vivemos, como disse alguém, um período de êxodo, um período de obscuridade, de pobreza, no qual jamais podemos sonhar.

Somos pobres de vocações,
pobres de fé,
pobres na vida espiritual,
pobres na vida de oração,
pobres na estima da gente que
[vive no mundo.

Não queremos negar, porém, que em nossos corações há um pouco mais de riqueza do que aquela que aparece. Queremos continuar nosso caminho, como fizeram os israelitas. De tanto em tanto perceberemos algo da terra prometida, embora nos encontremos sempre no deserto. Eis porque nos sentimos inseguros.

5. Uma questão se coloca: Há ou não há uma saída? Queremos vos dizer: a) Estando pelo que somos, partilhamos nossa pobreza com muita gente. b) Ousamos afirmar que tudo o que acontece conosco, em certo sentido, provém do espírito de Deus. Tudo nos pode levar a uma verdadeira purificação. c) Cremos que, para o mundo de hoje, é verdadeiramente necessário que haja religiosos e religiosas que queiram partilhar sua esperança, sua fé, sua coragem para marchar em frente em busca de um futuro melhor, que queiram deliberar conjunta-

mente; que ousem se despojar de muitas coisas; que queiram viver o evangelho conjuntamente.

6. Por isso, cremos, a fraternidade de que falamos nestes dias poderá ser um auxílio. É nesta comunidade que temos de nos esquecer a nós mesmos para ouvir os outros; temos de descobrir nossa própria pobreza e, às vezes, nossa riqueza também. De tempos a tempos, percebemos que realmente podemos ajudar os outros. Cremos, por isso, não ser necessário que nossos pensamentos, nosso estilo de vida, sejam **idênticos**. Podemos talvez um dia aceitar que **a unidade e a diversidade não são realidades opostas, mas sim, realidades complementares**.

7. Temos consciência de que tudo o que se disse não é uma solução a nossos problemas. Na Igreja universal somos apenas um pequeno grupo. Como esta Assembléia, também nós procuramos nossos caminhos e é disso que queria vos falar. Crede, pelo que vos afirmamos, na província eclesiástica que é a Holanda, é juntamente com nossos bispos que vivemos este episódio da história: **a busca da unidade**, com a vontade firme de nos ajudar mutuamente. Cremos, não obstante todos os pesares, que partilhamos de uma maneira pobre talvez, uma vida evangélica.

Pe. Edward van Montfoort, A.A.

3

CONSELHO DIOCESANO DE PROVINCIAIS

O processo de renovação, para ser válido e profundo, precisa atingir a comunidade local, a pessoa do religioso ou da religiosa. Neste sentido o empenho da CRB em dinamizar as Regionais e estas, por sua vez, em criarem os núcelos diocesanos, local concreto onde atuam os religiosos.

Historicamente o **Conselho de Provinciais** nasceu da antiga COMISSÃO DIOCESANA PARA A ATIVIDADE MISSIONÁRIA (CODAM), criada em princípios de 1970 para entrosar os diversos projetos de ajuda missionária já em andamento na Diocese. A preocupação pela abertura missionária (especialmente com o envio de RELIGIOSOS para fora da Diocese) pôs, para o Bispo e os Provinciais, o **problema dos religiosos em geral da Diocese**, que de fato carecia de

uma assessoria específica mais eficiente. Além disso, com os sucessivos encontros de Provinciais e o Bispo, percebeu-se que se podia caminhar mais juntos na busca da solução para os problemas que afetavam um pouco todas as congregações e os religiosos da Diocese. Surgiu o **CONSELHO DIOCESANO DE PROVINCIAIS** (ou dos Religiosos) que começa a ter uma importância extraordinária no conjunto dos organismos diocesanos, possibilitando uma melhor assessoria

aos próprios religiosos e às suas fraternidades.

A ação missionária ficou sendo assumida pelo Centro de Orientação Missionária (COM), na dependência do Conselho Diocesano de Pastoral e da Assembléia Diocesana.

O carisma dos CONSAGRADOS (ou religiosos) tem uma força de expressão muito grande em nossa Diocese: 32 Congregações religiosas, os provinciais residentes, 1200 religiosos, atuando em todas as esferas, organismos e setores da pastoral diocesana.

Como se localizar os "religiosos" e suas "fraternidades" no contexto da Igreja diocesana e como se integram sob a mesma COORDENAÇÃO do Bispo, que é propriamente o animador central da parcela do povo de Deus que chamamos de Igreja Particular?

Como sinal especial da Igreja e de sua missão de serviço no mundo, embora vivam em "fraternidades" com características próprias, são parte integrante do povo de Deus, participam intimamente da vivência da comunidade eclesial e como tal estão sujeitos à coordenação (animação) da mesma, na linha hierárquica. De outro lado, os religiosos distribuem-se em grupos distintos, com características e organização próprias, ultrapassando, o mais das vezes, a esfera diocesana. Não só, mas pertencendo a famílias distintas, dependem também das coordenações próprias destas famílias. Dependem, portanto, de 2 coordenações (de 2 jurisdições): do Bispo, na Diocese e do Conselho Provin-

cial ou Geral, numa esfera mais ampla.

Entre esses dois tipos de coordenação nem sempre houve perfeito entrosamento. Aliás, o fato de a "jurisdição" do Bispo estar mais na linha da **ação pastoral** dos religiosos (faixa externa) e a dependência do provincial referir-se mais à **formação** (faixa interna), segundo a especificidade do carisma de cada família religiosa, prejudica uma ação mais eficaz e de conjunto dos "consagrados" na Diocese. Acresce o fato, hoje admitido tranquilamente, de que a **AÇÃO** é fator condicionante na **FORMAÇÃO**. A formação pela ação não é apenas chave, representa uma nova metodologia (e também novo conteúdo) para a formação dos agentes de Pastoral.

Por tudo isso e porque a problemática ou crise em que vivem os religiosos, na hora atual, é bastante comum nas diferentes famílias religiosas, surgiu o **CONSELHO DIOCESANO DE PROVINCIAIS** (ou melhor, de **RELIGIOSOS**). Tem como objetivo dos religiosos, mas também o de buscar, junto com o Bispo, soluções comuns para o problema da formação, a partir da própria ação.

O Conselho de Provinciais representa a tentativa de **integrar mais explicitamente os religiosos na comunhão diocesana**, fazendo-os membros conscientes, embora com características peculiares, do conjunto do Povo de Deus que constitui a Igreja Particular, e superando, em parte, a dicotomia da dupla jurisdição.

LIVROS NOVOS

TEOLOGIA DA REVELAÇÃO, de René Latourelle, S.J. Tradução do original francês **Théologie de la Révélation** por Flávio Cavalca de Castro, CSSR. Edições Paulinas. Ano 1972. Páginas 600.

Deus não é um Presente ausente. "Muitas vezes e de muitos modos falou Deus outrora a nossos pais, nos profetas; nestes últimos tempos, falou a nós no Filho" Heb 1,1. Rompeu Deus o silêncio. Saiu de seu mistério. Dirigiu-se ao homem e desvendou-lhe os segredos de sua vida pessoal. Comunicou-lhe seu desígnio inaudito de uma aliança que levasse a uma participação de vida. Deus, o Deus vivo, falou à humanidade. Esse o fato imenso que domina ambos os Testamentos. Essa palavra, inicialmente longínqua, confusa, intermitente, como que numa série de sons destacados cujo nexos os ouvidos mal percebiam, entrega-se toda inteira em Jesus Cristo, Filho do Pai, Verbo do Pai. Torna-se Evangelho e ressoa, clara e distinta como uma mensagem:

- A Palavra da Boa-Nova, At 15, 7
- A Palavra do Senhor, 1 Tes 1, 8
- A Palavra de Deus, 1 Tes 2, 13
- A Palavra de verdade, 2 Cor 6, 7

- A Palavra de vida, Flp 2, 16
- A mensagem de salvação, At 13, 26
- O Evangelho da graça, At 20, 24.

A Revelação ou a Palavra de Deus à humanidade é a primeira realidade cristã, o primeiro fato, o primeiro mistério, a primeira categoria. Toda a economia da salvação, na ordem do conhecimento, repousa sobre este mistério de automanifestação de Deus numa confiança de amor. A revelação é o mistério primordial, o que nos comunica todos os outros, pois é a manifestação do desígnio salvífico de Deus, premeditado desde toda a eternidade e que realizou em Jesus Cristo (Ef 1, 9).

Pela revelação conhecemos os dons da salvação e os meios que nos levam à sua consecução. A revelação é o **acontecimento** decisivo e primeiro do cristianismo, condicionante da opção de fé, pois, se Deus falou à humanidade e se isso for solidamente com-

provado, a opção de fé não será uma opção às cegas, mas uma opção de homem, de acordo com sua natureza de ser inteligente e livre. A revelação, finalmente, é a primeira das categorias que fundamentam toda pesquisa teológica. Revelação, inspiração, tradição, significam para a ciência teológica o mesmo que as noções básicas para as ciências humanas. Implicadas em todos os passos, essas categorias são as primeiras que se devem conhecer, definir, explicar.

A revelação é o fato primeiro, o primeiro mistério e a primeira categoria do cristianismo. E, contudo, esta realidade foi bastante pouco estudada até agora. Em 1911, o P. Lebreton já observava que os teólogos descuidaram demais as "concepções fundamentais da revelação e da fé", Cf. **J. Lebreton, Études, 129 (1911): 521-522**. Cinqüenta anos depois, em 1961, A. Léonard, na Introdução a uma obra coletiva sobre a teologia da Palavra de Deus, repete a mesma queixa.

— A revelação é a realidade primária e fundamental do cristianismo. Por isso é tanto mais de admirar que a teologia católica não tenha quase examinado e desenvolvido todas as variações desse tema. Parece que na teologia ele desempenhou o papel destas evidências fundamentais que, implicitamente, estão subjacentes a tudo que se diz. Em teologia tudo depende da revelação divina. Tudo a ela se refere. Nada se explica a não ser à sua luz. Talvez por isso permaneça, paradoxalmente, como uma destas grandes verdades implícitas tão evidentes e certas que não precisam ser explicitadas. **A. Léonard, La Parole de Dieu en Jésus-Christ, Paris, 1961, pág. 12.**

Em teologia, contudo, há um tratado sobre a revelação. Tratado que estuda o **fato** da revelação e o conjunto de sinais que nos permitam estabelecê-lo com certeza. Tal reflexão sobre o fato da revelação, parte da função **apologética** da teologia, é necessária na Igreja que, se deixasse de refletir sobre a intervenção divina na história e sobre os sinais desta intervenção, se exporia afinal ao perigo do fideísmo. Empenhada na aventura da fé, já não saberia nem por que nem como se empenharia.

Contudo, por mais sólido que fosse, o estudo apologético do fato da revelação não esgotaria a riqueza desta realidade que não é somente um fato, mas um mistério. Estabelecido que Deus falou e que a aparição de Cristo na história é o ponto mais denso dessa intervenção já teríamos feito muito, mas não tudo. Teríamos demonstrado que a revelação **existe**, mas ainda não teríamos dito **tudo o que ela é**. Estaríamos na periferia da revelação. Restar-nos-ia ainda descobrir sua natureza, seus aspectos, suas dimensões, sua profundidade. Paralelamente a uma apologética da revelação há, pois, lugar para uma dogmática da revelação, do mesmo modo como ao lado de uma apologética da Igreja e da ressurreição há uma dogmática da Igreja e da ressurreição.

Este livro, **Teologia da Revelação** do Padre René Latourelle quer ser uma contribuição a esta dogmática da revelação. Considera a revelação do ponto-de-vista da revelação, do mesmo modo como se tratam os outros mistérios da fé: criação, encarnação, redenção etc. Uma teologia da revelação assim entendida parece corresponder adequadamente aos anseios de nossa época, que redescobriu o mistério da

palavra de Deus. Proliferam, em toda parte, os estudos sobre a Escritura, tradição, pregação, liturgia, consideradas como Palavra de Deus ou como seus efeitos. O termo "palavra de Deus" usa-se para indicar quase todos os mistérios da salvação e realidades cristãs. Sinal evidente que se procura dar à palavra de Deus o lugar de honra que lhe compete na fé e na vida dos cristãos.

Permanece verdade, porém, que o termo **palavra de Deus** se aplica primariamente à revelação, ou seja: à intervenção primeira de Deus que sai de seu mistério, dirigindo-se à humanidade e comunicando-lhe seu desígnio salvífico. A Escritura, a tradição contêm a palavra; a pregação da Igreja transmite-a. A liturgia celebra e atualiza. Mas, tudo deriva da palavra original que vem de Deus.

Atualmente a teologia da revelação e da palavra de Deus se parece com imenso canteiro de obras. Todos os elementos para a vasta construção encontram-se na renovação bíblica e patristica do século vinte, nas reflexões sobre a natureza e o estatuto da teologia, nas queixas e nas tentativas da teologia querigmática, nas pesquisas sobre o sentido do ministério da pregação da Igreja, nos estudos sobre o desenvolvimento dogmático e nas monografias sobre a revelação e a fé. Parece que um novo tratado dogmático se elabora, um tratado de revelação, destinado a ter lugar entre os grandes tratados teológicos como os da fé e dos sacramentos. Dogmática da revelação que seria um complemento do tratado apologético e uma preparação ao da fé. Fé e revelação sendo noções correlativas, como palavra e resposta, uma reflexão sobre a revelação necessaria-

mente haverá de fecundar e vivificar uma teologia da fé.

Além de enriquecer a reflexão teológica, uma dogmática da revelação corresponde às atuais preocupações ecumênicas. O ecumenismo não é apenas problema eclesiológico, mas também problemas de **metodologia**. Uma teologia com preocupações ecumênicas deve procurar apresentar a doutrina da Igreja fielmente, mas com fidelidade que favoreça o diálogo com os cristãos separados. Entre os protestantes, a Escritura é o único centro de atenção. Compreende-se, pois, que a palavra de Deus ocupe o primeiro lugar tanto na vida espiritual como na pesquisa teológica. Na educação protestante, o homem está sozinho diante da palavra de Deus. Palavra que é ambiente vital de sua vida interior que se renova num encontro diário com a Escritura.

Consequentemente, a teologia da palavra de Deus ganha uma importância muito grande e recebe tratamento privilegiado. Todos os grandes nomes da teologia protestante contemporânea — K. Barth, R. Bultmann, E. Brunner, P. Tillich, R. Niebuhr, H. W. Robinson e outros — consagram capítulos e obras completas ao tema da revelação. Dar à palavra de Deus toda a importância que lhe compete entre as realidades cristãs é de algum modo contribuir para uma aproximação entre os cristãos.

O livro **Teologia da Revelação** comporta cinco partes que se sucedem conforme o método habitual em teologia, conjugando-se o trabalho especulativo ao positivo na elaboração dos dados por este obtidos: **1.** Noção bíblica da revelação. **2.** O tema da revelação nos Padres da Igreja. **3.** Noção da revelação na tradição teológica. **4.** Noção de

revelação e Magistério da Igreja. 5. Reflexão teológica.

O livro, de maneira alguma, quer ser exaustivo. Apresenta-se como simples

ensaio, uma tentativa para um tratado dogmático da revelação. A tradução das Edições Paulinas é da terceira edição francesa.

OS EVANGELHOS E A HISTÓRIA DE JESUS, de Xavier Léon-Dufour, S. J. Tradução do original francês **Les évangiles et l'histoire de Jésus**, por Ângelo José Busnardo. Edições Paulinas, Ano 1972. Páginas 560.

O problema de Jesus é antigo, mas a maneira de apresentá-lo se renova continuamente, em função do avanço ou do atraso da atitude religiosa e dos métodos científicos. A partir do fim do século XVIII, o espírito crítico pôs em discussão o valor histórico do testemunho dos evangelistas e afirmou que os evangelhos não trazem exatamente a história de Jesus. Começaram, então, a surgir as obras que mostravam a veracidade dos evangelhos. Neste meio século que passou, apareceram os magistrais comentários do Pe. Lagrange e a obra monumental do Pe. De Grandmaison. Ambos se propunham a mesma finalidade: atingir com segurança os fatos reais, reconstituir os acontecimentos do passado. A tarefa deles era necessária e coincide com a que se propõe o Pe. Xavier Léon-Dufour.

Esta tarefa vai ser continuada sempre com maior rigor, em função da problemática nova que se impõe com maior seriedade. Esta perspectiva é determinada por um duplo fator. A reação profundamente religiosa do crente que não aceita que o Senhor de sua fé seja reduzido a esse retrato que os cientistas fazem de Jesus de Nazaré como se bastasse ressuscitar a imagem

de um homem do passado e não encontrar aquele que vive para sempre. A reação do historiador filósofo que não se satisfaz em estabelecer a existência de um fato passado, exterior a si, mas que deve reconhecer-lhe também a significação atual em relação a seu engajamento na história que vive pessoalmente. O historiador se vê relacionado.

Como não aplaudir a intenção religiosa e pastoral destes historiadores e teólogos? Mas poder-se-ão aceitar as conclusões que alguns tiram e que tendem a tornar de novo movediço o solo da história de Jesus? Tais conclusões parecem injustificáveis para a maioria de nossos contemporâneos, protestantes ou católicos. Mas a rejeição de uma conclusão errônea não deve encobrir a legitimidade da questão que a suscitou. Este livro, **Os Evangelhos e A História de Jesus** quer justificar as exigências desta problemática nova sem adotar os preconceitos que comprometeram os resultados de uma pesquisa que se dizia científica.

A pergunta à que se pretende responder pode ser formulada assim: **Como atingir realmente a Jesus através**

dos quatro evangelhos? Situando-se na linha das conquistas anteriores da crítica histórica, o autor visa estabelecer em sua plena objetividade o que foi a existência de Jesus de Nazaré. Este livro é um itinerário. O itinerário de um homem da Igreja que se tornou homem de ciência. Durante mais de vinte anos ele verificou o adágio: a crítica superficial destrói, aprofundada, ela purifica e consolida. No desenvolvimento desta obra caíram algumas ilusões, resultados sem fundamento de uma crítica excessiva ou insuficiente. Mas esta poda dá vigor à planta. O leitor que chegar até o fim da obra perceberá que o historiador atinge realmente o personagem que viveu outrora na Palestina. O semblante de Jesus se apresenta com características cada vez mais sóbrias e mais puras. Sua palavra se faz ouvir cada vez mais despojada e mais imperiosa: "E vós, quem dizeis que eu sou?"

A tarefa do historiador não termina aqui. A pesquisa deve se desenvolver sobre o mesmo acontecimento, com o mesmo método crítico, mas de ponto-de-vista diferente: o estudo da fé das primeiras testemunhas privilegiadas oferece a resposta típica e plena dada à pergunta feita por Jesus. O início da pesquisa sobre Jesus de Nazaré é o encontro com a Igreja nascente na qual o ressuscitado vive de maneira singular. Esta resposta se apresenta como uma luz que dá ao acontecimento sua plena dimensão. A inteligência plena de Jesus de Nazaré, que as testemunhas aceitaram pelo Espírito Santo, diz respeito também ao domínio histórico.

Por isso, o autor decidiu seguir até o fim o roteiro da tradição evangélica e não se contentar com os dados dos três primeiros evangelhos. Este itinerá-

rio se oferece ao crente e àquele que ainda procura a melhor situação frente a Jesus. **Os Evangelhos e a História de Jesus** não dá uma resposta mágica que dispense de crer. O problema apresentado não atinge a liberdade do homem, mas o solicita e o engaja profundamente.

O livro da história se apresenta fechado, selado com sete selos. "Eu chorava muito, diz São João no Apocalipse, porque ninguém fora achado digno de abrir o livro e olhar para ele. Então um dos anciãos me falou: Não chores! O Leão da tribo de Judá, o descendente de Davi, achou meio de abrir o livro e os seus sete selos."

Os Evangelhos e a História de Jesus é uma obra escrita por um exegeta que se apóia sobre resultados científicos recentemente obtidos. Há pontos que permanecem no âmbito de hipóteses. Sua demonstração final não pode ser oferecida ao leitor. Se algum dia fosse necessário retocar um ou outro resultado parcial, o conjunto conservaria seu valor de síntese, provisória evidentemente, mas válida. A bibliografia não é exaustiva, mas abundante. Ela permite ao espírito curioso verificar as asserções do autor e ampliar seus conhecimentos sobre os evangelhos. Ela assegura ao homem culto um fundamento sólido à pesquisa científica que ele gosta de ver fundamentada. Para avançar em direção a um objetivo não é necessário sondar o solo sobre o qual se marcha. Basta experimentar sua solidez. Mesmo que o leitor não possa verificar a exatidão das referências técnicas, sente confiança quando o autor submete à crítica dos especialistas e mesmo a solicita.

Um bom índice analítico e remissivo termina a obra, útil para todos.

A ORAÇÃO, de Cerfaux, Hamman, Cognet, Lepargneur, Régamey, Delchard. Tradução do original francês **La Prière, Problèmes de vie religieuse**, por Luís João Gaio. Edições Paulinas. Ano 1972. Páginas 225.

O livro é composto de sete trabalhos de autores diferentes, a saber: **A Oração do Antigo ao Novo Testamento**, Fr. A. Hamman, OFM. **A Oração no Cristianismo Primitivo**, Mons. L. Cerfaux. **Esboço de uma Teologia da Oração**, Fr. F. Lepargneur, OP. **A Oração Cristã**, Louis Cognet. **As Condições de Vida Favoráveis à Oração**, Fr. Raymond Régamey, OP. **Os Princípios da Oração**, Fr. Élie de Jésus-Marie, OCD. **Enriquecimentos Recíprocos e Unidade da Vida de Oração e da Vida Apostólica**, P. A. Delchard, SJ.

A prática dos conselhos evangélicos não é apanágio exclusivo dos religiosos. Os leigos, em razão de seu batismo, estão convidados a praticá-los. Mas "entrar em religião" é inscrever-se por toda a vida, numa escola de perfeição evangélica, é tornar-se membro de uma instituição de Igreja onde tudo é utilizado para facilitar aos fiéis a prática dos conselhos evangélicos. O indivíduo ali se empenha, publicamente e para sempre, em tender para a perfeição cristã. O religioso faz profissão de seguir a Cristo, modelo e caminho da vida cristã. Ele é um profissional da vida segundo o Evangelho.

Nosso Senhor não somente foi obediente, casto e pobre. Ele rezava. E' por isso que o estado religioso dá um lugar tão amplo à oração. O religioso precisa ser um profissional de oração. Não se apresenta neste conjunto de trabalhos um tratado completo sobre a oração. Mas trata-se de ajudar os reli-

giosos a melhor realizar uma das suas tarefas mais essenciais de seu estado.

Para realizar este intento, estribou-se nas fontes da oração que, do Antigo ao Novo Testamento, culmina na oração de Jesus e continua até nós, depois de se ter estruturado na Igreja nascente. Impunha-se depois uma teologia da oração, que insistisse nas condições concretas da oração. Direito canônico e diretivas atuais da Santa Sé acabam de fornecer os princípios gerais que esclarecem e guiam os esforços necessários de adaptação.

O movimento bíblico e litúrgico traz seus frutos na vida religiosa e especialmente na oração comum. Também a oração individual conhece, em nossos dias, suas dificuldades e suas exigências de renovação.

Finalmente o problema mais difícil e mais urgente, aquele da harmonização da oração e do apostolado. Amor de Deus e amor do próximo, mesmo constituindo um só amor, não deixam de colocar os religiosos e seus superiores em constantes e dolorosos conflitos. Como fazer para nada sacrificar? De que maneira a oração e a ação podem enriquecer-se mutuamente? Vastos problemas que não podemos resolver de uma vez por todas e aos quais esperamos voltar mais amplamente numa próxima obra. **Fr. Plé, OP**

RECEBEMOS E AGRADECEMOS

GRANDE SINAL, novembro 1972. Destacamos neste número: **Carisma e Espírito Santo**, D. Estêvão Bettencourt, OSB. **Tensões na Vida Religiosa**, J. B. Libânio, SJ. **Virgindade consagrada e**

auto-realização, Pe. Pio Milpacher. **PRETRES DIOCESAINS** dezembro 1972. **FELICIDADE, ONDE MORAS?** Roque Schneider, Editora Vozes. Em torno de dois sentimentos profundos, inapagáveis que moram em nosso coração e dão enfoque a toda nossa existência: a busca eterna de felicidade e o anseio inato de auto-realização. **SEM FRONTEIRAS**, revista missionária do Brasil, novembro 1972. **ORAÇÃO DA CAMINHADA**, Almir Ribeiro Guimarães, OFM. Editora Vozes. O Iivrinho quer facilitar nossa oração. Quer ajudar nosso encontro pessoal com Deus. **TESTIMONIANZE**, n.º 145. **BROTÊRIA**, cultura e informação, novembro 1972. Destacamos: **O jovem Jesuíta de Hoje**, Pierre Lucier, SJ. Uma análise sócio-religiosa que pretende ser objetiva, sem emitir juízos de valor, visando a atualização eficaz das estruturas religiosas. **Teologia em Crise**, João Maia. **TEOCOMUNICAÇÃO**, revista de comunicação do Instituto de Teologia da PUC-RS. Setembro 1972. Este número apresenta uma pesquisa sociológica sobre o sacramento da confissão. São 589 pessoas de diferentes classes sociais que manifestam a sua opinião a respeito da compreensão e da vivência desse sacramento. A vida de Jesus Cristo revela uma constante luta e doação pela libertação e salvação de todos os homens. A missão da Igreja orienta-se na mesma direção. Concretiza-se particularmente nos sacramentos, que são dados para a salvação dos homens em cada hoje. **MENSAJE IBEROAMERICANO**, novembro de 1972. Revista da Comissão Episcopal de Missões e Cooperação entre as Igrejas, Madri, Espanha. **NUEVO MUNDO**, n.º 46, agosto 1972. Revista de orientação pastoral.

CEAS, Centro de Estudos e Ação Social n.º 19, junho 1972. Um número dedicado à Educação Popular, Controle ou Participação? **ATUALIZAÇÃO**, revista de divulgação teológica para o cristão de Hoje, agosto 1972. Destacamos quatro títulos: **1.** Pentecostais-católicos, um movimento do Espírito ou uma onda de falso misticismo? Antônio Abreu, SJ. **2.** Teólogos brasileiros, um desafio para os Institutos de teologia. **3.** Jesus Cristo superstar, tentativa de compreensão. **4.** Teologia e Pastoral, distinção e entrosamento. **CIDADE NOVA**, outubro 1972. **NOTICEIAL**, Boletim Informativo do CEIAL, Centro Eclesial Italiano Para a América Latina, outubro de 1972. **RENOVAÇÃO CRISTÃ**, novembro 1972. **PRO MUNDI VITA**, n.º 41. Uma publicação do Centro Internacional de Investigação e Informação, Bruxelas. Todo este número é dedicado às novas formas de vida comunitária. **CIDADE NOVA**, dezembro 1972. **TEOCOMUNICAÇÃO**, outubro 1972, n.º 11. Índice deste número: **1.** Sacerdotes, Profetas e Sábios, Otto Skrzypczak. **2.** Messianismos no Brasil, Carlos Zagonel. **3.** Sacramento da unção dos enfermos, Paulo Moretto. **CONSACRAZIONE E SERVIZIO**, revista da União das Superiores Maiores da Itália, n.º 10. Destacamos: **1.** Superiores em tempo de crise de vocações, A. Aluffi, SJ. **2.** Mentalidade juvenil e vocação religiosa, B. Giordani, OFM. **NOSSO BOLETIM**, órgão da Regional da CRB-São Paulo, novembro 1972. **MENSAGEIRO DO AMOR**, a vida de São Francisco de Assis, em quadrinhos. Edições Paulinas. **TESTIMONIANZE**, n.º 144. **VIDA RELIGIOSA**, boletim informativo da Conferência dos Religiosos da Espanha, outubro 1972.

**A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA E A
RACIONALIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO,**
de Gabrielle Cogels. Edições Loyola.
Ano 1972. Páginas 175.

É o primeiro volume de uma coleção Temas Brasileiros, do IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O IBRADES começa a levar ao conhecimento público, de maneira sistemática, os estudos que vêm sendo elaborados por seus professores e alunos, sobre o tema desenvolvimento brasileiro, à luz de uma visão cristã. A autora é a Irmã Franciscana Missionária de Maria, Gabrielle Cogels, aluna do IBRADES da turma de 1970. O livro é o resultado de pesquisas e reflexões sobre um campo onde desenvolveu e desenvolve ainda sua atividade missionária e pastoral.

Sobre o livro escreve o **Professor Artur César Ferreira Reis:**

— A história social e econômica da Amazônia é a história da aventura do homem na empresa de conquistar e dominar a floresta e as águas da região. Trata-se da ação do homem defrontando-se com a realidade do meio físico decidido a possuí-lo efetivamente. E o meio de possuí-lo foi a exploração da natureza através do extrativismo, primeiro passo da presença da espécie humana no empreendimento econômico. Este livro vale como uma fonte de informações sobre o que vem sendo e continua sendo o extrativismo como característica fundamental do binômio: homem-natureza.

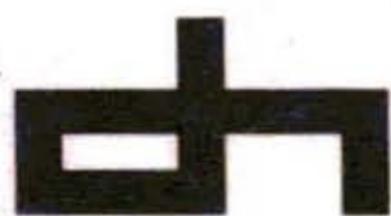
— Madre Gabrielle Cogels, num exame minucioso de que constitui o extremo-norte, na intimidade de sua vida, no exotismo do procedimento dos que o realizam com sua atividade constante,

no quadro áspero e singular de sua geografia física, propõe-no como o grande império do extrativismo, representando no que a floresta e a água proporcionam. Não há qualquer sombra de exagero ou de conclusão destituída de fundamento ou uma palavra condenatória de procedimentos. Sua preocupação foi expor e comentar sem ferir, dizendo certo, sem hesitações, o que representa o extrativismo como explicação da vida que se vive na Amazônia ainda nos dias atuais, quando há um esforço admirável para realizar-se o que denominamos de integração definitiva da Amazônia ao complexo brasileiro.

— Sei, por experiência, como estudioso da problemática amazônica e como ex-Governador do meu Estado natal, o Amazonas, o que as Ordens Religiosas promovem em benefício daquele mundo tão estranho e tão difícil de vencer. Nas Ordens Religiosas e nas Forças Armadas estava o que de positivo encontrei em minha terra quando voltei a ela para dirigir-lhe os destinos. Elas é que estavam sustentando, politicamente, pelo que promoviam sem alarde, o exercício da soberania brasileira, ali representada no ininterrupto trabalho de vigilância e de organização social e cultural. Este livro é bem indicativo de que os Ministros da Religião Católica continuam sendo as grandes vozes e as melhores inteligências pragmáticas sobre a região. Este livro é sério, bem escrito, bem organizado, bem estruturado. Nele encontrarão uma Amazônia descrita com sinceridade no que de mais autêntico possui e lhe dá as mais autênticas características.

O MELHOR QUE SE PODE FAZER PELO BRASIL É CRESCER COM ELE.

O Banco Denasa tem crescido com este país. Ajudando-o a crescer. No momento em que você le este anúncio, pode haver um especialista do Banco Denasa orientando um investimento. Processando financiamentos mais rápidos. Procurando dar maior rendimento às aplicações de pessoas como você. É a nossa maneira de semear progresso e desenvolvimento. Fazendo crescer indivíduos. Empresas. E mesmo uma nação.



BANCO DENASA
de investimento s.a.

dirigido por nomes que você conhece

Presidente do Conselho de Administração
Juscelino Kubitschek

BRASÍLIA - RIO - SÃO PAULO - BELO HORIZONTE